

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 25 | Nº 250 | DEZEMBRO DE 2020

ENTREVISTA

Ex-juíza Kenarik Boujikian afirma que o Judiciário brasileiro cotidianamente discrimina as mulheres

ESPECIAL

Como o Brasil é visto do exterior a partir do relato de expatriados recentes



Foto: Arte de Fábio Edly Alves sobre foto de Arquivo Nacional

Ditadura S.A.

O Ministério Público Federal amplia investigações sobre apoio ativo de empresas ao regime militar e nomes como *Folha de São Paulo*, Fiat, Ultra, Ford, Embraer, Gerdau, Itaipu, Volkswagen, Petrobras, General Motors figuram como colaboradoras das Forças Armadas não só no financiamento, mas também na violação de direitos humanos durante a ditadura civil-militar (1964-1985)

EDITORIAL

04 ENTREVISTA

Para Kenarik Boujikian
Judiciário brasileiro discrimina
mulheres e minorias

08 POLÍTICA

Ministério Público Federal investiga
participação ativa de empresas
durante período da ditadura

11 WEISSHEIMER

Quem ganhou e quem
perdeu com as eleições
municipais

12 ECONOMIA

CEEE Distribuidora pode
ser arrematada quase
de graça em privatização

14 ESPECIAL

Como o Brasil é visto de fora
conforme relatos de brasileiros
que vivem no exterior

18 ENSINO PRIVADO

Sinpro/RS pede mais
transparência das escolas sobre
contaminações e testagens

23 ROLIM

Podcast revive o caso
do assassinato de Ângela Diniz
nos anos 1970 e discute feminicídio

24 ARTE +

Os cem anos de Clarice
Lispector, a escritora que
nunca foi interrompida

O ano da pandemia

Chegamos à última edição impressa de 2020, o ano que será lembrado como o da pandemia de covid-19. Pela primeira vez desde 1996, o *Extra Classe* teve menos de dez edições impressas num ano. Foram apenas sete. Isso devido à otimização de recursos da entidade no esforço de superar a crise econômica causada pela pandemia. Ainda assim, contra todas as dificuldades, o Jornal continuou saindo nos demais formatos e fazendo a cobertura diária.

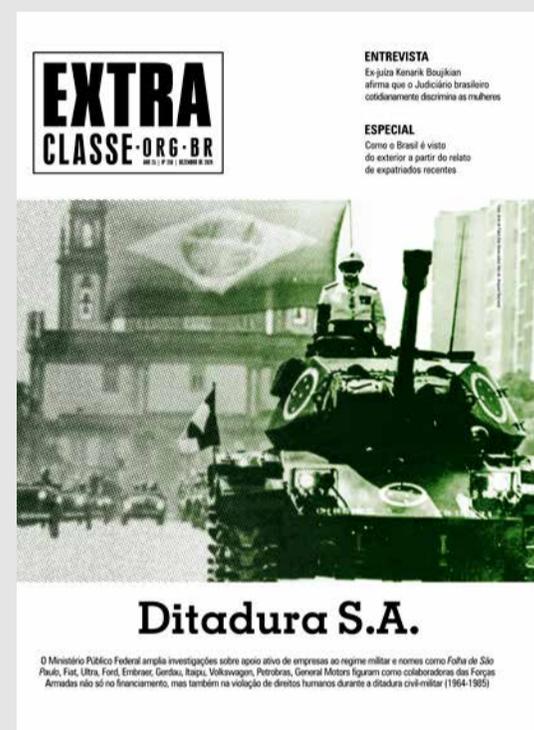
Infelizmente, apesar a iminência da vacina, tudo indica que entraremos 2021 com altos índices de contaminação e também de mortes. Um ano que mostrou o quanto o poder público tem responsabilidades sociais e políticas das quais não pode omitir-se. Apesar de termos visto o oposto. Um ano que também evidenciou o quanto o poder econômico – também chamado de ditadura econômica – dita as regras e os atos na política conforme os interesses de mercados acima dos valores humanos.

Nossa edição de dezembro não perde o olhar deste aspecto do entrelaçamento entre economia, política e sociedade. Do poder do dinheiro, que rege a política, que manda no dia-a-dia das pessoas comuns. Um exemplo é a reportagem-capa, que mesmo falando do período da nossa história, a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) também fala dos dias de hoje. Aliás, alguns insistem em chamar de revolução, outros sustentam que foi golpe, mas há até mesmo quem nomeie o período como “movimento de 1964”, tal e qual referiu o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, logo depois da posse de Jair Bolsonaro como presidente.

Mas o fato é que ditaduras, golpes, revoluções e movimentos só acontecem se forem financiados. Assim como as guerras. Há uma antiga anedota em que alguém instiga “viva a revolução!” e alguém retruca “mas quem vai patrocinar as armas?”. Diante disso o Ministério Público Federal tem, a partir dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, investigado a participação de grandes empresas brasileiras, muitas ainda ativas, não apenas no financiamento, mas na repressão direta, na perseguição de pessoas e nas violações dos direitos humanos.

Também reflexo da influência do vil metal, do viés sexista e de classe social na composição e cultura judiciária brasileira está a reflexão que a juíza aposentada Kenarik Boujikian nos traz em entrevista. Ela, que foi responsável, dez anos atrás, pela condenação do médico Roger Abdelmassih a 278 anos de prisão por mais de 50 estupros e tentativas de abuso de mulheres em seu consultório. Kenarik esmiúça o caso recente que expôs uma vítima, Mariana Ferrer, a cenas de humilhação proporcionadas pela própria Justiça em uma sessão que entrou para a história como a que gerou o eufemismo “estupro culposo”. Para Kenarik, o Judiciário brasileiro, devido ao seu perfil conservador, branco, machista e elitista, acaba sendo parcial contra as minorias sejam étnicas, de gênero ou de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Também nesta edição: L.F. Verissimo, Edgar Vasques, Marcos Rolim, Fraga, Rafael Corrêa e Marco Weissheimer. E muito mais. Boa leitura!



EXTRA
CLASSE.ORG.BR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Flavio Ilha, Marcelo Menna Barreto, Renata Heinz e Tom Belmonte

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283
extraclasse@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclass.org.br](https://www.extraclass.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

De carrasco a terceirizado I

Ao apagar das luzes de novembro, o ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro e ex-juiz federal Sergio Moro foi anunciado como novo sócio-diretor da empresa de consultoria norte-americana Alvarez & Marsal. O escritório tem sede em São Paulo e atuará como administrador judicial da Odebrecht, empreiteira que o próprio Moro, em seus tempos de paladino da Justiça, investigou e condenou pela Lava-Jato em sua sanha por prender o ex-presidente Lula a tempo de que não concorresse em 2018 contra seu ex-patrão, hoje desafeto. Ou seja, Moro passou de carrasco a funcionário terceirizado da Odebrecht. Enquanto isso, o país ainda contabiliza os danos econômicos realizados em nome do discurso anticorrupção apregoado pelos lavajatistas liderados por Moro, quando este retornou do cursinho patrocinado pelo Departamento de Estado dos EUA para supostamente combater crimes financeiros internacionais. Nada é por acaso em Pátria Amada quando o financiamento é norte-americano.



Foto: Pedro França/Agência Senado

Sergio Moro: sócio de firma norte-americana que atende a Odebrecht

De carrasco a terceirizado II

“Ingresso nos quadros da renomada empresa de consultoria internacional Alvarez & Marsal para ajudar as empresas a fazer a coisa certa, com políticas de integridade e anticorrupção. Não é advocacia, nem atuarei em casos de potencial conflito de interesses”, tuitou Moro, no dia seguinte, em resposta aos seus detratores.



OMS puxa as orelhas do Brasil sobre nova alta de contágios da covid-19

Na sua coletiva de imprensa, em Genebra, do último dia 30 de novembro, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) Tedros Gebreyesus, adjetivou a nova alta do número de infecções da covid-19 no Brasil como “muito preocupante”. Ele arrematou, ainda, que o país terá de ser “muito sério” diante da nova situação e destacou como os novos casos dobraram em menos de um mês. Referindo-se a novembro. Será que ele insinuou ter faltado seriedade até aqui?

O fato é que ele deixou de lado a costumeira postura de evitar falar de países e suas políticas de saúde de uma forma mais direta. Desta vez, Tedros fez questão de lançar seu alerta sobre a situação brasileira de forma bem destacada.

Ele chegou até mesmo a fazer um histórico sobre o momento mais crítico, o Brasil registrou 319 mil novos casos por semana. Segundo ele, esta marca foi um recorde. “A boa notícia é que o número estava em queda até a semana de 2 de novembro, quando 114 mil casos foram registrados no Brasil”, disse. “Foi um terço do que foi registrado quando atingiu o seu climax”, salientou.

Tedros não deixou de registrar sua preocupação em relação ao número de mortes. De acordo com ele, foram 2.538 mortes na semana do dia 2 de novembro. Agora, chega a 3.876 na semana do dia 26 de novembro. “Esse é um aumento significativo”, disse. Ele admite que existem diferentes regionais e que a transmissão local precisa ser considerada. “Mas, de forma agregada, é muito preocupante”, completou.

O diretor de operações da OMS Mike Ryan também alertou que o momento para países como o Brasil é o de “agir rapidamente” para

frear a nova expansão. Segundo ele, a atenção deve ser concentrada em regiões e que cada local deve ser avaliado de uma forma diferenciada.

Ryan diz ser irrelevante definir como segunda onda ou nova alta. “O fato é que o número cresce”, disse.

Segundo ele, as autoridades devem agir para apoiar o sistema de saúde. Na sexta-feira, 27, ele já teria alertado sobre o risco de um segundo golpe contra a saúde pública no Brasil e insistiu que governos estaduais e o Palácio do Planalto precisariam agir de forma coordenada “desta vez”.

Foto: Tedros Adhanom Ghebreyesus



O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) Tedros Gebreyesus, adjetivou a nova alta do número de infecções da covid-19 no Brasil como “muito preocupante”

Justiça brasileira viola direitos de mulheres e outras minorias



por Marcelo Menna Barreto

O Judiciário brasileiro, em seu cotidiano, ainda legitima a discriminação contra as mulheres. É o que diz a desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), Kenarik Boujikian.

A reflexão da desembargadora soma-se ao forte desabafo que ela fez nas redes sociais como reação ao recente caso de Mariana Ferrer. A jovem catarinense que, além de ter sido fortemente destrutada, humilhada, em uma sessão de julgamento no Tribunal de Santa Catarina, viu seu agressor sexual ser absolvido por não possuir o dolo de a estuprar, o que rendeu jocosamente na imprensa a tese do Estupro Culposo.

Boujikian sabe bem o que é ser mulher num Judiciário estruturalmente machista. Ela foi a juíza responsável pela condenação de Roger Abdelmassih, em 2010, a 278 anos de prisão por mais de 50 estupros e tentativas de abuso de pacientes de sua clínica de fertilização. A sentença proferida por Kenarik completou dez anos no último dia 23 de novembro.

Kenarik era, então, a juíza responsável pelo caso. "Nunca tinha fixado uma pena tão alta", diz ela, ao revelar ter até se assustado com a somatória, muito embora tenha se fixado no mínimo previsto em lei.

Na conversa a seguir, ela faz uma forte reflexão sobre como a Justiça no Brasil, que nas palavras dela mesma é "violadora dos direitos das mulheres" e, em geral, também com outras minorias. "Minha hipótese é que nem todos os juízes sabem qual é o seu papel no Estado Democrático de Direito. O juiz deve ser o instrumento da Constituição na defesa incondicional e na garantia efetiva dos direitos fundamentais da pessoa humana", afirma.

Nascida em uma aldeia de armênios, na Síria, Kenarik chegou ao Brasil com seus pais aos três anos de idade. Passou a infância em São José do Rio Preto, onde seu pai trabalhava como comerciante, em São Paulo, onde estudou na Escola Armênia e mais tarde num colégio salesiano. Foi voluntária no presídio do Carandiru. Trabalhou também na Procuradoria de Assistência Judiciária (PAJ). Atualmente, aos 61 anos, milita pelos direitos humanos. Ela foi co-fundadora da Associação Juízes para a Democracia (AJD) e Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD). Em 2002 recebeu 19º Prêmio Franz de Castro Holzwarth de Direitos Humanos, da OAB/SP

Extra Classe – Sobre o recente caso Mariana Ferrer, a senhora fez uma manifestação emocionada. Para começar, disse que “Passa ano, entra ano e o Judiciário e o Sistema de Justiça continuam a ser grandes violadores dos direitos das mulheres”. Pode nos falar mais sobre isto?

Kenarik Boujikian – Aquela audiência, no trecho que circulou nas redes sociais, é de uma tristeza sem tamanho. É dantesco, pois coloca à nu o quanto o Estado é violador dos direitos humanos que, sabemos, se dá pela ação dos poderes de Estado. Com o Judiciário, evidentemente, incluído. O que se observa do cotidiano é que o Judiciário ainda legitima a discriminação contra as mulheres, ainda que haja esforços, especialmente na última década, para superação.

EC – E como essa legitimação discriminatória se dá?

Kenarik – Há uma importante pesquisa, antiga, realizada por Silvia Pimentel, Ana Lucia Pastore Schritzmeyer e Valéria Pandjairdian, chamada *Crime ou Corte-sia? Abordagem Sociojurídica de Gênero*, que analisou processos judiciais de estupro, referentes ao período de 1985 a 1994. As autoras concluíram que estereótipos, preconceitos e discriminações em relação às mulheres interferem negativamente na realização da Justiça, na qual prevalece um “juízo moral da vítima em detrimento de um exame mais racional e objetivo dos fatos” e que os “comportamentos da vítima, referentes à sua vida pregressa, são julgados durante o processo, em conformidade com os papéis tradicionalmente determinados a homens e a mulheres”. Ou seja, a pesquisa revelou a “ideologia patriarcal machista em relação às mulheres, verdadeira violência de gênero, perpetrada por vários operadores do Direito”.

EC – Além do caso de Mariana Ferrer, a senhora poderia citar outro exemplo importante desse tipo de violação de direitos?

Kenarik – Se olharmos os casos em que o Brasil foi demandado na esfera da Organização dos Estados Americanos (OEA), seja na Comissão Interamericana de Direitos

Humanos, seja na Corte Interamericana de Direitos Humanos, vemos que em todos eles o Judiciário teve um papel muito significativo na perpetração da violação. No tema mais próximo da audiência, caso de violência contra a mulher, temos o caso da Maria da Penha, no qual o Brasil foi condenado por negligência e omissão em relação à violência doméstica, pois, em síntese, o Brasil não garantiu um processo justo contra o agressor em um prazo razoável e descumpriu dois tratados internacionais dos quais é signatário: a Convenção Americana de Direitos Humanos e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra Mulher, conhecida como Convenção de Belém. Os dois acordos estabelecem obrigações para os estados partes para as mulheres vítimas de violência.

EC – Ou seja, a leniência não se dá somente nos casos de violência sexual.

Kenarik – O substrato da violência doméstica é o mesmo da violência sexual contra as mulheres: uma sociedade essencialmente patriarcal, na qual as mulheres e seus corpos ainda são considerados objetos de poder e controle dos homens. Nesta perspectiva, entra ano e sai ano, e o patriarcado se faz presente em decisões judiciais, no qual a mulher vítima de violência é que passa a ser julgada. Cansei de ouvir em julgamentos na segunda instância considerações sobre a vítima. Se a pesquisa que falei antes se repetisse na última década, certamente não se apresentaria um quadro tão diferente do que as pesquisadoras encontraram lá atrás.

EC – Em seu desabafo no caso da Mariana, a senhora questiona como um juiz pode permitir que uma pessoa seja humilhada da forma como ela foi; como um promotor pode se calar diante de uma postura de completa “subtração de dignidade humana”; e como um advogado pode vilipendiar uma vítima.

Kenarik – Pois é! Um juiz jamais pode permitir uma agressão na audiência contra a vítima ou seja contra quem for. Todos os que estão presentes num julgamento, réu, testemunha, vítima, advoga-

do, defensor, funcionário, policial, defensor têm que ser tratados com dignidade. Se um juiz permanece omissivo diante de um desrespeito à dignidade da mulher, ele acaba compactuando e exacerbando a agressão, pelo seu silêncio. E o Ministério Público também ficou omissivo. Ouviu a agressão como se nada estivesse acontecendo. Nenhuma insurgência. É assustador pensar que isto não é fato isolado, que as mulheres e jovens que sofrem violência sexual são constantemente violentadas sob o manto do Judiciário, que deveria dar acolhimento.

EC – Pobres não têm o mesmo tratamento de ricos, e negros, já entram em um júri muitas vezes como suspeitos. Afinal, do que padece o sistema judicial brasileiro em sua opinião?

Kenarik – Seria bom lembrar que a sociedade tem um olhar muito específico sobre o Judiciário, que é bom registrar, a propósito de sua pergunta. Uma pesquisa da Datafolha indica a percepção majoritária do povo brasileiro, em todas as variáveis demográficas: 92% da população avalia que a Justiça brasileira trata melhor os mais ricos do que os pobres. Em uma outra pesquisa, da Fundação Getúlio Vargas, há indicação que o Judiciário veio perdendo a confiança da população de 2013 a 2017, em percentual aproximado de 10%. Minha hipótese é que nem todos os juízes sabem qual é seu papel no Estado Democrático de Direito. O juiz deve ser o instrumento da Constituição na defesa incondicional e na garantia efetiva dos direitos fundamentais da pessoa humana. Se você não cumpre este papel, certamente torna o sistema disfuncional.

EC – Quais as soluções, em sua opinião, para isso?

Kenarik – A pergunta é muito complexa e no pouco espaço que temos só vou dizer que passa, ao menos, pelo conhecimento, consciência e sensibilização acerca da realidade brasileira do projeto de país que se encontra na Constituição Federal.

EC – Não podemos conversar com a senhora sem se referir que nesse 23 de novembro um caso, que passou por suas mãos e teve

forte impacto na sociedade, completa dez anos. A condenação do então médico Roger Abdelmassih por estupro e atentado violento ao pudor. Pelo fato de na época a senhora ser a juíza do caso, houve ilações de que a dura condenação, 278 anos, teria ocorrido porque a juíza do caso era mulher?

Kenarik – Não sei dizer se isto de fato ocorreu. É possível. Mas não acredito que uma pena pode ser maior pelo fato da sentença ser de uma mulher. Inclusive, meu pensar é que aumentar a quantidade de pena, por si só, não traz nenhum benefício social e não é necessário. Acho as penas brasileiras altas. No caso do Roger Abdelmassih, eu me assustei quando vi a somatória. Nunca tinha fixado uma pena tão alta. Mas só poderia dar aquele resultado, pois, embora fixada a pena de cada um dos crimes no mínimo legal, o fato é que eram muitos crimes cometidos pelo réu. Nunca vi num mesmo processo um indivíduo ser acusado de tantos delitos. Praticamente meia centena e foi condenado em quase todos. Eu limitei o tempo de cumprimento da pena, para todos os efeitos, em 30 anos, mas o tribunal reduziu o total da pena para 181 anos e tirou esta limitação.

EC – Na sentença do caso Abdelmassih a senhora fez constar um trecho do relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre Acesso à Justiça para as mulheres vítimas de violência nas Américas. Em síntese, ele apontava já naquela época a baixa utilização do sistema de justiça por parte das mulheres vítimas de violência por desconfiança em relação às autoridades judiciárias. Por que praticamente nada mudou desde então?

Kenarik – Não mudou porque o sistema continua o mesmo, estruturalmente. Os atores do sistema de justiça, em grande percentual, continuam com pensamentos e com práticas discriminatórias e machistas. A audiência do caso Ferrer retratou o que acontece em muitas salas de audiência Brasil afora. O Relatório da CIDH mostrava a baixa utilização do sistema de justiça por parte das mulheres vítimas de violência. Quem quer

passar por um estupro e chegar na audiência e ser destratada? Quem quer ir para uma delegacia e ser desrespeitada? Se não há um mínimo de confiança sobre o tratamento que vai receber, a situação se torna mais dolorosa ainda. Por este motivo, muitas vítimas sequer registram ocorrência. A sociedade machista perpetua a violência contra as mulheres e o Judiciário machista retroalimenta este quadro.

EC – Chama a atenção a senhora dizer que não tem ilusões com o nosso sistema de justiça e que “o esgarçamento democrático atinge tudo e todos”. A senhora pode falar sobre esse esgarçamento e as razões desse pessimismo?

Kenarik – Não é pessimismo. Todos que me conhecem sabem que sou, ao contrário, uma pessoa super otimista. Para ser mais clara, estava me referindo a duas questões. Primeiro sobre o papel do Judiciário no Estado Democrático de Direito e, não ter ilusões, me remete ao tempo que ingressei na magistratura, que, por diversos fatores, me faziam crer num potencial transformador. Com o tempo de exercício da judicatura, com a experiência e uma melhor compreensão, nos dias de hoje, entendo melhor o funcionamento deste poder e sei dos limites estruturais e sociais. Tenho clareza que o Judiciário referenda inúmeras violações, porém, também consigo ver os avanços que o Judiciário pode fazer e muitas vezes faz.

EC – Limites de que tipo?

Kenarik – Veja, por exemplo, no

tema da eleição do Bolsonaro. Até hoje o Judiciário não deu uma decisão à altura dos fatos referentes às *fake news*, e todo mundo sabe do desvirtuamento da democracia que ocorre com este expediente. Outro aspecto que está contido neste esgarçamento democrático diz respeito ao período que o Brasil vive, o pós-golpe chamado de *impeachment*, no qual se implementa um projeto de país que se distancia do projeto da nossa Constituição Federal. Atinge todos os aspectos da democracia e, por consequência, todas as pessoas. Veja no tocante ao princípio da igualdade. Não é que tínhamos a igualdade material implementada, na questão de gênero, mas tínhamos um fazer para caminhar neste sentido.

EC – Tínhamos? Não temos mais?

Kenarik – Há na presidência do Brasil um machista, preconceituoso, homofóbico. Ele e toda sua equipe só fazem destilar posturas de retrocessos. Deve lembrar que ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, em junho de 2019, justificou o abuso sofrido pelas meninas da Ilha de Marajó, no Pará, dizendo que era por falta de calcinhas. O ex-ministro Sergio Moro, na solenidade dos 13 anos da Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência contra a mulher, declarou que homens se sentem “intimidados pelas mulheres”. Segundo ele, por conta disso, parte dos homens “recorre, infelizmente, à violência”. Moro reproduziu e reverberou o discurso da violência contra as mulhe-

“Há na presidência do Brasil um machista, preconceituoso, homofóbico. Ele e toda sua equipe só fazem destilar posturas de retrocessos”

res ao impingir a elas a violência praticada pelos homens.

EC – Realmente são atitudes absurdas.

Kenarik – Gravíssima também a política deste governo, na órbita internacional, pois o Brasil passou a rejeitar na ONU o termo “igualdade de gênero” ou “educação sexual” em resoluções e textos oficiais. Algumas ONGs solicitaram, sob o manto da Lei de Acesso à Informação, documentos que explicassem o motivo, a autoria direta etc., porque o governo brasileiro tomou esta postura. E a informação que receberam é: não receberam nenhuma informação, pois todos os documentos estão censurados até 2024. As razões para rejeitar o acesso foi, pasme, risco à segurança nacional e risco para a posição negociadora do Brasil. Organizações tiveram que ingressar no Judiciário para ter informações.

EC – Como diria um ministro do Supremo Tribunal Federal, tempos estranhos, não?

Kenarik – E não é só o governo federal que, por certo, faz reverberar em outras instâncias e esferas. Importante lembrar de fatos que estão nesta mesma lógica. O governador do estado de São Paulo, João Dória, em setembro de 2019, mandou recolher das escolas estaduais material didático que tratava de identidade de gênero, em apostila de Ciências

destinada aos alunos do 8º ano do ensino fundamental, que têm cerca de 13 anos. O material explica os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, além de trazer orientações sobre gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. E o governador bra- dou que puniria os responsáveis. A determinação do governador foi cassada e uma juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a devolução do material.

EC – Teve o caso da Bienal do Rio de Janeiro também

Kenarik – Sim. No mesmo mês e ano, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, ordenou a apreensão de uma *História em Quadrinhos na Bienal do Livro* que trazia o desenho de dois personagens homens se beijando. Esta determinação acabou por ser cassada em uma instância do Judiciário, que inicialmente referendou a ação do prefeito. Nesses dois últimos exemplos, o Judiciário atuou de forma a fazer o avanço democrático.

EC – Falamos de Mariana Ferrer, Maria da Penha, das violações de seus direitos. O que diria para finalizar?

Kenarik – De todo este quadro, uma coisa é certa, é a luta das mulheres, das feministas, que conseguiu os avanços obtidos até hoje, na esfera da dignidade humana.

EM ANO TÃO DIFÍCIL, VOCÊ SE MANTEVE AO LADO DOS SEUS ALUNOS. E NÓS AO SEU LADO.

Assessoria Jurídica para Professores especializada nas áreas:
**TRABALHISTA
PREVIDENCIÁRIA
CÍVEL**

Agende seu atendimento:
☎ (51) 98060.3579

CAINELLI
ADVOGADOS
OAB/RS 2.365

Sobreviventes do extrativismo I e II: histórias de prosperidade e miséria

Série de reportagens que olham para os sucessivos ciclos econômicos que priorizam megaprojetos, destroem as florestas e negligenciam as políticas públicas que poderiam melhorar a vida de índios, ribeirinhos e 750 mil famílias agricultoras.

E, na segunda parte, analisa como os negócios com a biodiversidade correm contra a correnteza dos investimentos públicos. O empresário que se arrependeu da pecuária que iniciou em 1966 e hoje tem o maior plantio de castanheiras do Brasil e as iniciativas de ribeirinhos que usam pedal de automóvel e compressor de geladeira na criação de uma máquina de embalar amêndoas a vácuo.



NOVO CORONAVÍRUS

Falta de investimento federal na guerra contra o vírus

Foto: Rovena Rosa/ABR



Relatórios da Câmara dos Deputados informam que o Executivo Federal deixou de usar recursos liberados para a contratação de médicos, fomento da agricultura familiar para doação de alimentos, compra de testes para a população carcerária e reestruturação de hospitais.

As verbas integram o chamado Orçamento de Guerra contra a pandemia.

O país registrou até o dia 23 de novembro um total de 170.199 mortes e 6.127.819 casos confirmados, com a maior taxa de transmissão desde maio.

MOISÉS MENDES

Osmar Terra contaminado



Foto: Marcela Canangó/ABR

Em sua coluna, Moisés Mendes cobra de Osmar Terra, a quem chama de líder 'científico' dos negacionistas, uma declaração pública. "O homem que anunciou em abril o fim da pandemia para maio, foi infectado agora, sete meses depois da sua previsão", escreve o colunista. Saiba mais.

PANDEMIA

Nova alta dos números da pandemia no RS

Suspeitas de casos de reinfecção de trabalhadores da saúde por covid-19, relatados em reuniões do Conselho Nacional de Saúde (CNS), provocaram um alerta sobre a possibilidade desse risco para a população em geral. "Falta no Brasil uma transparência muito grande sobre o assunto. Não bastam medidas de segurança e isolamento, há muita morosidade no rastreamento e testagem do vírus", afirma a conselheira Débora Melechhi. Ela considera que, mesmo depois que o medicamento estiver à disposição no país, os riscos devem perdurar por mais um ano.



SINPRORS
PREVIDÊNCIA

Cuide bem do seu futuro.

Invista com quem entende de previdência privada.

Ingresse Agora

51 99335. 2387

www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIDOR
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO
FUNDAÇÃO
FAMÍLIA
PREVIDÊNCIA

MPF amplia investigações sobre apoio ativo de empresas à ditadura



por Flavio Ilha

Folha de S. Paulo, Fiat, Ultra, Ford, Embraer, Gerdau, Itaipu, Volkswagen, Petrobras, General Motors. *O que essas marcas, muito conhecidas do consumidor brasileiro, têm em comum? Todas, e algumas outras dezenas que ainda serão investigadas, estão na mira da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão do Ministério Público Federal encarregado de apurar a participação de grandes conglomerados econômicos brasileiros em violações de direitos humanos na ditadura civil-militar (1964/1985)*

A colaboração, segundo as investigações preliminares da Procuradoria, não se limitou a apoio ideológico ou mesmo logístico. As empresas perseguiram funcionários opositores ao regime, muitas vezes com consequências dramáticas para eles e para suas famílias. Há relatos de cárcere privado, prisões em locais de trabalho, tortura e mesmo desaparecimento de funcionários de grandes empresas, incluindo estatais.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) apurou, desde 2012, essas violações de direitos humanos, mas os procuradores esbararam na Lei de Anistia brasileira (1979) para propor punições. "Havia uma ampla rede de empresas e empresários trabalhando a favor do regime, com financiamento de operações clandestinas, apoio logístico e repressão nos próprios locais de trabalho", diz a procuradora federal Eugênia Gonzaga,

responsável pelo grupo de trabalho Memória e Verdade da PFDC.

Segundo ela, a CNV indicou, em seu relatório final, a colaboração estreita entre regime militar e a elite econômica brasileira, mas não conseguiu, pelas limitações de tempo e recursos, investigar as responsabilidades diretas de cada empresa citada. No "dispositivo político-empresarial-militar", o relatório cita 128 companhias que tiveram estreita colaboração com a ditadura – das quais 64 ainda existem e são passíveis de algum tipo de responsabilização.

O primeiro desafio da PFDC, segundo Gonzaga, é sistematizar essa lista preliminar para deixar claro quem de fato colaborou – e como. Mas há alguns casos notórios, como da Itaipu Binacional, que participou do sequestro e assassinato do embaixador José Jobim em março de 1979. Jobim estava escrevendo um livro de me-

Foto: Arquivo Nacional



As empresas colaboraram com as Forças Armadas na perseguição de funcionários opositores ao regime, muitas vezes com consequências dramáticas para eles e para suas famílias

mórias com detalhes sobre o superfaturamento na construção da usina, que custou dez vezes mais que o previsto. O Estado brasileiro reconheceu o assassinato de Jobim em 2018.

O caso reapareceu na primeira audiência pública virtual realizada pela PFDC sobre o tema no final de novembro, que reuniu um grupo de 50 pesquisadores de vá-

rias instituições brasileiras. Entre outras suspeitas sobre a estatal de energia está a perseguição e desligamento de servidores suspeitos de se oporem ao regime, como a secretária Sônia Lúcia Castanheira. Demitida em 1977 acusada de subversão, Castanheira foi reintegrada à empresa em 2017 em decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Caso Volkswagen

Em setembro, a Volkswagen assinou um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o MPF em que se compromete a pagar R\$ 36,6 milhões como reparação pelos graves casos de violação dos direitos humanos. Os recursos serão em parte usados para novas investigações da PFDC sobre a participação de empresas na repressão a trabalhadores e também em iniciativas de elucidação da verdade, como o grupo de estudos que busca identificar presos políticos enterrados em vala comum no cemitério de Perus, em São Paulo.

Segundo a PFDC, a estimativa é de que a ação direta da Volkswagen na repressão aos opositores do

regime tenha atingido cem trabalhadores da empresa. Um deles foi o militante comunista Lúcio Bellantini, preso e agredido em 1972 dentro da unidade fabril de São Bernardo do Campo e posteriormente encaminhado ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), onde ficou preso clandestinamente por nove meses.

O caso Volkswagen teve origem nas audiências da Comissão da Verdade Rubens Paiva de São Paulo e acabou desencadeando toda a posterior investigação da Procuradoria. Em 2015, o Fórum de trabalhadores por verdade, justiça e reparação apresentou denúncia ao Ministério Público Federal,

apoiado por todas as dez Centrais Sindicais brasileiras e personalidades de direitos humanos. "Trata-se de uma grande vitória, após muitos anos de negociação. É um reconhecimento inédito", destaca a procuradora Eugênia Gonzaga.

O acordo envolvendo a Volkswagen, entretanto, gerou descontentamento justamente nos precursores da ação. O grupo de sindicalistas e pesquisadores que desde 2015 movia três processos contra a multinacional automobilística criticou, entre outras coisas, a recusa da empresa em construir um centro de memória de trabalhadores, que já estava em negociação com a Prefeitura de São Paulo, e em formular um pedido de desculpas formal pela ativa participação nos atos repressivos do governo militar.

"O que incomoda a Volkswagen é a imagem e o marketing. As doações ajustadas serão tratadas pela empresa como uma benevolência, um benefício unilateral, e não como uma reparação por sua cumplicidade com a ditadura. Nesse sentido, a empresa sairá limpa dessa história", pontua Sebastião Neto, coordenador do IEEP (Intercâmbio, informação,

Estudos e Pesquisas) do projeto Investigação Operária.

O principal empecilho para as responsabilizações criminais de graves violações aos direitos humanos é a Lei de Anistia, de 1979. Elaborada como um acordo para livrar de punição os agentes do Estado que se envolveram em crimes de sequestro e assassinatos, a lei sofreu um baque em 2010 quando a Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão da OEA, determinou que a anistia não se enquadra para crimes que envolvam graves violações aos direitos humanos. A reinterpretção está parada no STF desde 2011.

Atualmente, cerca de 40 processos criminais tentam responsabilizar agentes públicos por esses crimes, movidos no âmbito do Ministério Público Federal. A Justiça tem negado boa parte das ações. "A questão de fundo é ideológica. É só ler com cuidado os despachos e votos do ministro Marco Aurélio [relator da ação] para entender do que se trata. Além do mais, no Brasil não houve transição, mas uma vergonhosa transação. Avalizadas também por Lula e Dilma", destaca o presidente do Movimento de Justiça de Direitos Humanos, Jair Krischke.

Foto: Volkswagen do Brasil



A Volkswagen assinou um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o MPF em que se compromete a pagar R\$ 36,6 milhões como reparação pelos graves casos de violação dos direitos humanos

Caso Farsul

No Rio Grande do Sul, chama a atenção nesse contexto a participação ativa da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (a poderosa Farsul) tanto na articulação do golpe quanto nos seus desdobramentos. A professora de História da Universidade Federal de Pelotas Alessandra Gasparotto, que integra a Comissão Camponesa da Verdade, diz que os registros de violência no campo explodem no estado no período imediatamente anterior ao golpe militar.

“Há um incremento muito grande da violência, isso desde antes do golpe, a partir de 1962, 1963, com assassinatos e repressão a movimentos organizados na luta pela terra. E a violência patronal e de Estado se misturam, o limite entre as duas é muito tênue”, revela a pesquisadora. Autora de uma tese de doutorado sobre o tema (<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158335/001021630.pdf?sequence=1&isAllowed=y>), Gasparotto cita uma declaração do presidente da entidade em 1964, Oscar Carneiro da Fontoura, recomendando entre os associados da entidade “a arregimentação de elementos de confiança para colaborar com a ação policial” de repressão aos camponeses. Segundo Gasparotto, é uma inequívoca formação de milícia.

A pesquisadora argumenta que a reparação dos efeitos da violên-

cia no campo é bem mais complexa que a apuração de responsabilidades em áreas urbanas e industriais, como vem fazendo a PFDC. “No campo, a violência geralmente não deixa registros”, sentencia. Segundo a Comissão Camponesa da Verdade, 1.196 camponeses foram mortos ou constam como desaparecidos entre 1961 e 1988 no país. Além disso, 663 foram submetidos a Inquérito Policial-Militar. Do total de mortos e desaparecidos, apenas 51 famílias apresentaram requerimentos de reparação – dos quais 29 foram deferidos: um índice de 2,5%.

“As ações que começam a ser investigadas pela PFDC nos encham de esperança para que a justiça de transição possa avançar no país. É um passo importante, mesmo que nós saibamos que há muitos limites legais para concretizar essas responsabilidades. É preciso acabar com a impunidade e com o silenciamento que envolve esses crimes”, pondera Gasparotto.

Na Argentina, foi aprovada em setembro uma lei que devolve o vínculo de emprego em empresas privadas de trabalhadores assassinados por motivação política entre 1976 e 1983, período da ditadura militar no país que resultou em mais de 30 mil mortos e desaparecidos. Isso significa restituir todos os direitos devidos aos familiares



Foto: Arquivo Nacional

Atualmente, cerca de 40 processos criminais tentam responsabilizar agentes públicos por esses crimes, movidos no âmbito do Ministério Público Federal



Foto: Arquivo Nacional

A Comissão Nacional da Verdade indicou a colaboração estreita entre o regime militar e a elite econômica brasileira

das vítimas do regime, que operava em consonância com as ditaduras brasileira, uruguaia e chilena no âmbito da Operação Condor.

A iniciativa também vai ajudar nos processos judiciais em marcha

contra empresas que costumavam colaborar com a ditadura, algumas até com centros clandestinos de detenção. A criação da lei é resultado da articulação entre centrais sindicais, governo e sociedade.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.



Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar



Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Quem ganhou e quem perdeu após segundo turno das eleições?

Outra marca do processo eleitoral, que já era esperada em função da pandemia do novo coronavírus, foi o elevado índice de abstenção

Foto: Filipe Araújo/ Fotos Públicas



Os primeiros balanços sobre as eleições municipais deste ano, finalizadas no segundo turno realizado dia 29 de novembro, coincidem em torno de alguns pontos: a vitória de candidatos da direita tradicional nas principais cidades do país, a derrota de candidatos ligados diretamente ao presidente Jair Bolsonaro e o surgimento de uma articulação até então inédita no campo da esquerda, em várias capitais, com a emergência de novas e jovens lideranças em partidos como PSOL, PT e PCdoB. No segundo turno, foram disputadas eleições em 2º turno em 57 cidades e os resultados apontaram um predomínio da direita mais tradicional, que recuperou parte do espaço que havia perdido para o bolsonarismo. Os principais vencedores, do ponto de vista quantitativo, foram dez disputas vencidas pelo MDB (10 vitórias), PSDB (8) e Podemos (7).

No campo da esquerda, pela primeira vez, o PT não elegeu nenhum prefeito nas capitais. Em 2016, o PT havia eleito só um prefeito de capital, em Rio Branco, no Acre. Marcus Alexandre, o prefeito eleito naquela ocasião, renunciou em 2018. Por outro lado, o partido

conseguiu quatro vitórias entre as cem maiores cidades do Brasil: José de Filippi Jr., em Diadema (SP), Marília Campos, em Contagem (MG); Margarida Salomão, em Juiz de Fora (MG); e Marcelo Oliveira, em Mauá (SP). Em 2016, o PT não havia conseguido nenhuma vitória neste grupo das cem maiores cidades.

Em Porto Alegre, embora tenha perdido a eleição no segundo turno, a esquerda obteve uma vitória expressiva na Câmara Municipal, elegendo uma bancada de dez vereadores – 4 do PT, 4 do PSOL e 2 do PCdoB – fazendo 75 mil votos ao todo. Além disso, cinco dos dez vereadores mais votados em Porto Alegre são de esquerda, com destaque para Karen Santos (PSOL), a campeã de votos para o Legislativo da capital. Pela primeira vez, foi eleita uma bancada negra com quatro mulheres e um homem, todos jovens e representantes de uma nova geração de militantes do PSOL, do PT e do PCdoB.

Ainda no terreno da esquerda, a eleição municipal consolidou Guilherme Boulos (PSOL), que fez mais de 2 milhões de votos em São Paulo, como uma liderança nacional. Juntamente com Manuela D'Ávila (PCdoB) e Marília Arraes

(PT), Boulos oxigena a esquerda, abrindo a possibilidade de construção de alianças e frentes que não se limitem à esfera eleitoral. Embora nenhum deles tenha conquistado a vitória em suas cidades, fizeram votações expressivas e saíram da eleição municipal como referências de caráter nacional.

Outra marca do processo eleitoral, que já era esperada em função da pandemia do novo coronavírus, foi o elevado índice de abstenção. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o índice médio de abstenção em nível nacional ficou próximo de 29,5%, maior taxa em duas décadas e meia. Em várias cidades, superou a casa de 30%, como foram os casos do Rio de Janeiro (35,45%), Porto Alegre (32,76%) e São Paulo (30,81%). Alguns dados de eleições anteriores para comparar a dimensão destes números: no primeiro turno deste ano, a média nacional foi de 23,14%; no segundo turno da eleição de 2016, foi de 21,55%, enquanto que, em 2012, foi de 19,12%. Em Porto Alegre, a soma da abstenção, votos brancos e nulos ficou acima de 394 mil votos, número superior aos votos feitos por Sebastião Melo (370.550) e Manuela D'Ávila

(307.745). O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, reconheceu que a abstenção foi muito alta, mas considerou positivo o comparecimento médio de 70% do eleitorado levando em conta o contexto da pandemia de covid-19.

Embora tenha perdido terreno, o bolsonarismo ainda tem força na sociedade. Vale a pena ter em mente o que João Paulo Rodrigues, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), disse ao jornal *Brasil de Fato*, ao fazer um rápido balanço sobre o segundo turno. Para João Paulo, o bolsonarismo segue sendo “uma ameaça consistente”, mesmo que “escondido” em partidos tradicionais. Até 2022, assinalou, veremos uma migração do Bolsonaro para os partidos do ‘centrão’, “que é uma reserva política dele para fazer um segundo mandato e nos atacar”. Isso foi visto, por exemplo, em Porto Alegre, onde a campanha de Sebastião Melo abraçou o discurso anti-comunista e largou carros de som pelas ruas da cidade dizendo que Porto Alegre “ia virar a Venezuela” e a população acabaria comendo “carne de cachorro” caso Manuela ganhasse a eleição.



Foto: Igor Sperotto

CEEE Distribuidora pode ser vendida por 50 mil

por Flavio Ilha

O governo do Estado anunciou que o edital de privatização da CEEE-Distribuidora será publicado até a primeira quinzena de dezembro. Com isso, se esse prazo for de fato cumprido, o leilão da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), a maior estatal do Rio Grande do Sul, com mais de 60 anos de história, ocorrerá em fevereiro do próximo ano. O preço mínimo de venda já foi fixado pelo governo gaúcho: R\$ 50 mil

Pode parecer um valor esdrúxulo, mas o secretário de Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado, Artur Lemos, justificou a quantia insignificante e “simbólica” dizendo que quem comprar a companhia herdará dívidas de R\$ 7 bilhões – das quais R\$ 4,4 bilhões de ICMS para o próprio governo. Na audiência pública realizada no dia 16 de novembro sobre o processo de privatização, Lemos admitiu que dificilmente a venda será feita acima desse valor. “O comprador terá que assumir todo o passivo”, explicou no evento.

A venda da CEEE-D foi acelerada depois que o governo conseguiu retirar, no ano passado, a exigência constitucional que previa a necessidade de um plebiscito para autorizar a privatização – a decisão contrariou uma promessa de campanha do governador Eduardo Leite de manter a consulta, em caso de privatização. O governo anunciou a contratação

do BNDES para elaborar a modelagem do negócio, que será executada pela Ernst & Young e pelo consórcio Minuano Energia, composto pelas empresas Machado Meyer, Thyms Energia e Banco Plural.

O secretário estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, que coordena o processo de venda das empresas gaúchas (que envolve também a Sulgás e a CRM), disse apenas uma meia verdade na audiência pública sobre a alienação da CEEE-D. Isso porque os acionistas da CEEE-Par, que controlam a

estatal, autorizaram a transferência acionária mediante um aporte escritural de R\$ 2,8 bilhões por parte do governo estadual na companhia – não se trata de dinheiro novo, mas de renúncia de créditos futuros. Também haverá um aporte superior a R\$ 310 milhões para futuros passivos trabalhistas. Ou seja, cerca de 65% da dívida de ICMS que determinou o tal “preço simbólico” será perdoado pelo Estado a quem comprar a empresa.

“É um escândalo. O preço que será pago por quem comprar a

estatal sequer cobrirá os custos dessa modelagem do BNDES e de suas sócias. Estamos diante de um processo de transferência de patrimônio público, que inclui frota de veículos e infraestrutura de distribuição de energia para quase 2 milhões de lares, para um ente privado a preço de banana. É um crime”, disse o deputado Jefferson Fernandes (PT), presidente da Comissão de Serviços Públicos da Assembleia Legislativa.

Juntamente com outros deputados de oposição, Fernandes

protocolou denúncia no Ministério Público de Contas pedindo informações sobre os parâmetros da privatização. “Já encaminhamos muitos pedidos de informação para saber como ficarão os créditos que a companhia tem a receber, principalmente da União, mas não tivemos retorno do governo. A empresa deve R\$ 7 bilhões, mais da metade dos quais em ICMS para o próprio governo e que é fruto de más administrações. Quem vai arcar com essa dívida é o povo gaúcho”, criticou o parlamentar.

Governo Britto

O modelo de vender os ativos e relativizar os passivos não é novo. O desequilíbrio econômico e financeiro da CEEE começou com o processo de privatização implantado pelo governo de Antônio Britto (PMDB) em 1997: a companhia, que então tinha o monopólio da energia em todo o Rio Grande do Sul, perdeu 54% da sua receita com a criação da RGE e da AES Sul (hoje RGE Sul), mas manteve mais de 80% dos passivos – que não foram transferidos às compradoras.

Em 1998, último ano do governo de Britto, novo baque: a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a redução de capital da CEEE no valor de R\$ 415 milhões (em moeda de hoje, cerca de R\$ 7 bilhões), com a restituição aos acionistas de parte proporcional do valor das suas ações.

O assessor técnico da Frente Parlamentar pela Preservação da Soberania Energética Nacional, Gerson Carrion, avaliou que os danos dessa privatização foram de tal ordem nocivos que ainda permanecem os seus efeitos no desempenho financeiro da estatal. “O esquiteamento a que foi submetida a CEEE, com a privatização de dois terços da sua área de distribuição, caracteriza um crime que deveria ser investigado

pelos órgãos de controle”, disse Carrion, que foi diretor da CEEE nos anos 1990 e 2000.

A CEEE que sobrou desse vendaval do governo Britto foi dividida em duas partes para sua venda: a CEEE-D e os braços de geração e transmissão (CEEE-GT). O leilão da distribuição estava previsto para ocorrer ainda em 2020, mas foi postergado para fevereiro devido às dificuldades impostas pela pandemia. Já a geração e transmissão está prevista para ir à venda em maio de 2021.

Trabalhadores, movimentos sociais, sindicatos e partidos de oposição tentam reverter o processo de privatização. PDT, PT, PSOL e PCdoB ingressaram no STF com ações diretas de inconstitucionalidade (Adi) contra a derrubada do plebiscito. A ADI 6.325, ajuizada pelo PDT, também questiona a autorização dada pela Assembleia Legislativa, através da Emenda Constitucional nº 77/2019, para a formação de monopólios privados no setor de energia elétrica do estado.

Nas petições, apresentadas ao ministro do STF Luís Roberto Barroso, os partidos manifestam que, além de contribuir com as alegações apresentadas pelos autores da ADI, os partidos sustentam que “não houve alteração do contexto social

para que o legislador atual retirasse o instrumento de participação democrática do texto constitucional”. Além disso, também questionam a representatividade dos votos válidos na eleição de 2018 em relação à tese do plebiscito no estado.

A secretária estadual de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-RS), Eleantra Raquel Koch, lembrou que o processo de “esquiteamento” da CEEE levou a uma desestruturação do trabalho formal, ao aumento da terceirização e ao consequente crescimento nas esta-

tísticas de acidentes de trabalho. Para ela, defender a CEEE pública é estratégico para o desenvolvimento do estado.

“A gente não fala só de empregos diretos e indiretos. A CEEE abrange uma cadeia produtiva que estrutura a economia gaúcha. Não é à toa que o Brizola estatizou a CEEE [em 1961], que teve papel fundamental na industrialização. Quando a gente fala do ponto de vista de geração de renda, são efeitos indiretos e diretos e também uma enorme cadeia produtiva que é sustentada pelo papel estratégico da companhia”, destacou.



Foto: Igor Sperotto

Monopólio chinês

O mais curioso é que a privatização pode transferir o monopólio da energia no Rio Grande do Sul de uma empresa estatal para outra – e da China. O presidente da CPFL Energia, Ronaldo Lague, já

anunciou publicamente que a empresa tem interesse em adquirir a CEEE-D, ainda mais com a fixação de um preço mínimo simbólico. A CPFL, controlada pela estatal chinesa de energia State Grid,

é dona da RGE e da RGE Sul.

A área de concessão da CEEE-D ocupa hoje 26% do território do estado, com abrangência em 72 municípios que, entretanto, englobam uma população de 4 milhões de

pessoas. No total, a CEEE-D atende a 1,75 milhão de clientes. A companhia deverá ser a primeira estatal a ser privatizada pelo governo de Leite se as tentativas de barrar o processo não forem adiante.

Pequenas histórias de autoexílio

por Tom Belmonte

Nem mesmo a pandemia mundial faz brasileiros que vivem no exterior pensarem em voltar ao país. O Ministério das Relações Exteriores estima que 2,5 milhões de brasileiros vivam fora do Brasil. Legal e ilegalmente. Expatriação que somou mais de 24 mil pedidos de saída definitiva à Receita Federal nos oito primeiros meses do ano passado, superando os 23.450 de todo 2018. De 2013 a 2019, a alta chegou aos 125%. E quem deixa hoje a “terra brasilis” são profissionais graduados e pós-graduados, que não enxergam mais no país o porto seguro para a materialização de uma vida melhor.

O Extra Classe foi conversar com alguns desses compatriotas e ouvir deles razões e opiniões sobre essa experiência. Em especial, neste momento em que a pandemia planetária já matou mais de 1,3 milhão e obriga ao confinamento, alimentando incertezas, testando convicções e podendo fazer da distância física do Brasil e dos familiares um sério caso de saúde. Certeza mesmo nos relatos trazidos de cinco continentes é de que a imagem verde e amarela no exterior nunca esteve tão desgastada como agora, no governo Jair Bolsonaro



rias



Foto: Igor Sperotto

A motivação para migrar e ficar lá fora

Nobel de Literatura de 1998, o português José Saramago sintetizou em uma frase os dilemas migratórios. “É necessário sair da ilha para ver a ilha”, disse. Ônus e bônus dessa escolha explicados pela professora de Sociologia da Feevale, Sueli Cabral. “Antes de pensar em qualidade de vida, que é muito subjetivo, o que se busca é uma esperança, um sonho idealizado para sua vida e seus laços sociais. Nem todo mundo que sai do Brasil sai por dinheiro ou insegurança”, esclarece. Motivação em cortar o cordão umbilical da fronteira pátria que perpassa o individual. “O que também se quer é a felicidade de uma vida coletiva, uma vida em comunidade com mais sentido”, garante ela.

A análise é corroborada pela curitibana Cláudia Arezio Ricardo, 43 anos. Solteira, mas com um filho de quatro anos, em 2014 ela deixou o Brasil rumo a Lisboa. “Buscava reconhecimento, segurança profissional e mais tempo com o meu filho Héctor”, conta a engenheira de Computação, hoje casada com um português e com um novo filho, Miguel, de dois anos. Mas, nem tudo é um fado na vida de Cláudia. “Confesso que é um dos lugares que mais senti a distinção em ser brasileiro. Quem vinha pra cá há 20 anos era para serviço primário, restaurantes, entregas. Quem vem agora tem formação, vem para fazer curso superior. O que cria hostilidades”, afirma ela, à frente de uma equipe multiétnica que atua para uma gigante das telecomunicações mundiais.

Mestre em Terapia Ocupacional (TO), Janielle Jondral, 44 anos, está fora do Brasil há 15. Reside na australiana Sidney, país com pouco mais de 27 mil casos e 900 óbitos pela covid-19 desde março. “Eu queria mudar o meu estilo de vida e dar para as minhas filhas mais segurança e oportunidades”, explica. Mudança que também permitiu a cearense nascida em Fortaleza formar-se em Contabilidade com ênfase em Comércio Exterior e concretizar o mestrado em TO. “A única saudade do Brasil é dos familiares e de falar português”, assegura. E arremata: “A Austrália dá valor para bons profissionais e eu sempre tive as portas abertas. A dica pra quem está aqui ou pensa em vir é não se acomodar em empregos simples, se qualificar”, orienta Janielle.

2,5 milhões de brasileiros vivem fora do Brasil. Legal e ilegalmente. Expatriação que somou mais de 24 mil pedidos de saída definitiva à Receita Federal nos oito primeiros meses do ano passado

Na pandemia, melhor lá do que aqui

A escolha por saber do Brasil apenas por familiares e no noticiário foi feita há mais de uma década pela arquiteta Fernanda Meyer, 45 anos. Após casar-se com um norte-americano, de quem divorciou-se já nos Estados Unidos, mora em Jersey City, cidade vizinha à Nova Iorque. Apesar da pele loira e do perfil físico similar aos locais, a gaúcha de Guaíba labutou em diversos escritórios de arquitetura, onde enfrentou olhares tortos e humores secos pelo sotaque. Hoje, com o confinamento e os 254 mil mortos já computados por lá, aposta as fichas no *home office*. Dá aulas de design para acadêmicos da sua profissão e leciona o português. “É pensar positivo, cuidar da tua cabeça. Minha família no Brasil está bem, eu tenho saúde. Estou me reinventando

e não penso em voltar, mesmo que sempre vá me sentir estrangeira”, comenta. Sobre os efeitos da pandemia no “american way of life”, Fernanda é didática. “O que pega aqui é que não existe SUS e você pode sair de um hospital com uma conta de um milhão de dólares. Então essa é a preocupação e o medo de muita gente”, diz. Pressão que cresceu com a derrota de Donald Trump nas recentes eleições presidenciais. “O clima é de permanente confronto e que só vai terminar na posse do Biden. Isso pesa muito pra todos, ainda mais neste momento”, afirma.

Distante 6 mil quilômetros de Fernanda, mais precisamente em Barcelona, o jornalista Álvaro Andrade, 35 anos, relata que chegou na Espanha em fevereiro deste ano. Um mês depois o confina-

mento foi decretado e ele viu tudo fechar, inclusive as possíveis portas profissionais. “Teve um período de confinamento geral, flexibilizou no verão, daí veio a segunda onda e o governo ficou mais cauteloso, pois a economia foi muito afetada”, ilustra. Álvaro, entretanto, não reclama da sorte. Se vira como entregador de comida, editor de vídeos e colaborador do portal eletrônico *Agora Europa*, que reúne jornalistas brasileiros que zarparam para o velho continente em busca de oportunidades. Otimista, o gaúcho de Encantado acredita no pluralismo do lugar que escolheu para viver. “Barcelona é uma cidade muito aberta e diversa, tem um governo progressista e muitos imigrantes. Gente da Itália, do norte da África, árabes. Vai ter caso de xenofobia em toda parte,

mas eu vejo muito mais latinos se estabelecendo com seu negócio, tocando a vida. É claro que o emprego especializado vai ser sempre mais competitivo”, analisa.



Fernanda Meyer, Jersey City (EUA)

Horizonte de dúvidas e confiança

Vivendo em Toyohashi, cidade de 270 mil habitantes no sudeste do Japão, Gustavo Suyhama, 26 anos, trabalha numa das maiores



Gustavo Suyhama, Toyohashi (Japão)

fábricas de carros e motos do país. E que não parou de funcionar na pandemia, a partir da adoção de rígidos protocolos preventivos e o pagamento mensal pelo governo asiático de 60 mil Iens (pouco mais de R\$ 3 mil) aos infectados da covid-19. Paranaense de Paranaguá, o jovem deixou o Brasil no início do governo Bolsonaro, após dois anos desempregado. Um misto de dúvida e confiança o percorre ao falar do futuro. “Preocupação eu tenho, ainda mais que não tem vacina. Tive medo no começo da pandemia, liguei pros meus pais, pois aqui estou mais perto da fonte do vírus. Mas não penso em voltar ao Brasil, muito pelo contrário”, destaca. Além do

maior preparo nipônico nos protocolos de saúde, também pesa na decisão em ficar as notícias tupiniquins. “Os japoneses enxergam o Brasil não de uma forma pejorativa, mas cética. É um olhar racional de que no Brasil não há planejamento e gestão do governo para enfrentar essa e outras situações, como a dos desastres ambientais”, ressalta.

O ceticismo asiático ao cenário verde-amarelo transforma-se em humor ácido e debochado na Inglaterra. Quem garante é o músico Felipe Drago, 50 anos, há 12 vivendo em Londres, onde dirige uma escola de formação de bateristas. “Quando o Brasil aparece no noticiário aqui é por desgra-

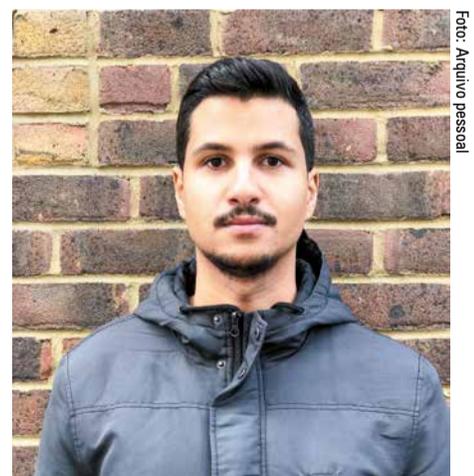
ças ambientais ou sociais ou por um algum palavrão do Bolsonaro à mídia. Eles tratam o Bolsonaro aqui como piada. O que também já é cultural, pois são um povo autocentrado e com a mesma mentalidade de mil anos atrás”, satiriza. Natural de Porto Alegre e tendo residido ainda na norte-americana Los Angeles de 1994 a 1998, Felipe troca de humor ao falar da pandemia e seus efeitos planetários. “Para mim é o novo 11 de Setembro. Antes do 11 de Setembro a vida era mais leve. Você viajava, via menos tensão nos aeroportos e grandes cidades. Depois do 11 veio a paranoia e a pandemia agora já mudou tudo, veio pra ficar”, opina.

O efeito Bolsonaro

A constatação de que o Brasil transpira um momento político, sanitário e ambiental sombrio é um fator inibidor no pensamento de um possível retorno dos “estrangeiros”. Há três anos com o marido e os filhos na alemã Hockenheim, a jornalista gaúcha Alice Adams, 37 anos, resume a sua insatisfação. “Não há respeito pela pandemia. O brasileiro ainda não

entendeu a dimensão do que isso pode alcançar, não sabemos com o que estamos lidando. Há um nítido despreparo do governo e do presidente, que também não ajuda nessa consciência pública porque desacredita o vírus o tempo todo”, lamenta. Nativa da gaúcha Novo Hamburgo, Alice dá aulas de português para alemães. Sessões onde é instigada a responder

sobre Bolsonaro. “Os alemães têm muita vergonha do seu passado e não conseguem entender por que retrocedemos no comando. Ainda fazem piada do 7 a 1, mas mais do Bolsonaro”, garante ela, que descarta voltar. “Sinto falta da família e dos amigos, mas não do Brasil. Creio que fizemos a escolha certa, por mais qualidade de vida aos nossos filhos”, frisa.



Renato Vidal, Estocolmo, Suécia

Há pouco mais de mil quilômetros de Alice está o administrador Renato Vidal, 32 anos, há sete anos em Estocolmo, na Suécia. Nação que adotou protocolos preventivos mais brandos com a covid-19, mas numa cifra que ultrapassa os 6 mil óbitos. Renato revela decepção quando busca notícias da terra natal. "Entro em sites brasileiros, mas quando chegam informes na mídia sueca são por algo de dimensão maior, como os incêndios na Amazônia ou declarações do Bolsonaro. Ele é percebido pelos suecos

como um retrocesso, até porque em dois anos não mostrou ser um líder", descreve o gaúcho de Porto Alegre, que no país escandinavo trabalha com marketing digital.

A crítica ao atual mandatário brazuca é mais aguda no altiplano chileno de Santiago, onde há oito anos habita outra jornalista brasileira, Isabela Vargas, 44 anos. "Os chilenos, que são um povo conservador, consideram Bolsonaro um bufão. O próprio Piñera (Sebastián, presidente chileno) se descolou da figura do Bolsonaro. Por estarem

recém saindo de um plebiscito, de uma mudança constitucional que foi dura, pois remetia à ditadura, eles não compreendem como os brasileiros permitiram a ascensão de Bolsonaro", contextualiza. Desde março em teletrabalho para uma agência de conteúdo digital, Isabela tem saudade dos familiares em Porto Alegre, mas se desilude com o momento brasileiro. "É sempre muito negativo o que vem do Brasil. Mesmo que o governo não tenha responsabilidade, espero que as pessoas tenham. É um vírus que se

espalha em sociedades individualistas. Mais do que os governos cuidarem da gente é a gente que deve cuidar um do outro", pontua.

Relatos que se bifurcam à constatação da socióloga Sueli Cabral quanto ao sonho migratório. "Mais do que a fuga, o brasileiro no estrangeiro busca o sonho da coisa pública, dos mecanismos de proteção. Da educação, saúde e segurança que foram perdidos. Perdemos isso porque nossa democracia não está concretizada. E aí não busca mais aqui, mas lá fora", resume ela.



Foto: Igor Sperotto



Foto: Arquivo pessoal



Foto: Arquivo pessoal

Alice Adams com sua família (ao lado); Isabela Vargas, Santiago (Chile) de camisa branca acima, durante protesto; vista do saguão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo (à esquerda)

Se conforto é importante, imagina se adicionarmos ótima localização, preços reduzidos e exclusividade para você e sua família?



O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em hospedagem para os professores associados ao Sinpro/RS e seus familiares. Escolha o motivo para vir a Porto Alegre e fique com a gente.

Mais informações: sinprors.org.br/casadoProfessor | Reservas: (51) 4009.2988

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do PROFESSOR
Hotel

Sinpro/RS quer transparência das escolas em relação a casos e suspeitas de covid-19

Em reunião com representantes das instituições de ensino, a direção do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) alertou sobre falta de transparência das escolas de educação básica em relação aos casos positivos verificados no ambiente escolar e destacou que geralmente está ocorrendo testagem dos casos assintomáticos por iniciativa dos professores

por Gilson Camargo

Uma pesquisa divulgada pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS) no início de novembro mostrou que as escolas públicas e privadas receberam 10,4 mil alunos, 2,2 mil professores e 2,6 mil funcionários no reinício das aulas presenciais em outubro. Mais da metade das instituições que reiniciaram atividades letivas presenciais no período são do ensino privado e a educação infantil responde por 90% dos alunos que retornaram. Apenas 3,4% desse total, ou 521 pessoas, foram testadas, com 30 resultados positivos para covid-19: oito alunos, 16 professores e sete funcionários.

O agravamento da pandemia no estado no final de novembro, quando o mapa do distanciamento controlado passou a classificar a quase totalidade das regiões de saúde com a bandeira vermelha, ou seja, de alto risco de contágio, mobilizou a direção do Sinpro/RS no sentido de alertar o representante das instituições de ensino sobre a realidade das escolas de educação básica do ensino privado.

“As escolas privadas estão na sua maioria atendendo os protocolos sanitários estabelecidos, mas parece que são insuficientes, o que é provado pelo número de casos de infectados nas escolas. Os professores estão indignados com a permissividade de tais decretos. O Sindicato tem recebido denúncias sobre a falta de transparência nos espaços escolares em relação aos casos de covid-19 e da falta de testagem dos casos assintomáticos, que são feitas em geral mediante o pagamento dos professores em clínicas particulares”, alerta Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

REUNIÃO – No dia 1º de dezembro, a direção do Sindicato reuniu-se



Foto: Tatiana Meyer/Secom/AM

por videoconferência com dirigentes patronais do Sindicato do Ensino Privado (Sinepe/RS) para tratar sobre a exposição de professores, alunos e funcionários das escolas nesse que é o momento mais grave da crise sanitária devido ao aumento de casos de infectados e a saturação de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) na maioria dos hospitais da capital e do interior estado.

No dia anterior ao encontro virtual entre os dirigentes dos dois sindicatos, o governo estadual havia anunciado que adotaria mais rigor nas medidas de distanciamento depois de classificar a maioria das regiões com a bandeira vermelha – só duas regiões haviam sido reclassificadas para a bandeira amarela.

Esse cenário e a grande preocupação com a realização de atividades presenciais foram pontuados pelo Sindicato dos Professores aos representantes das escolas. Foi estabelecido o consenso em relação à necessidade de reforço nas medidas de segurança nesse momento.

O Sinpro/RS reivindicou que o Sindicato Patronal oriente as escolas a terem mais transparência com os professores sobre os casos e suspeitas de covid-19, bem como para a priorização máxima de atividades on-line e para o encerramento do ano letivo, assim que for possível, e com a efetiva aplicação dos protocolos de higiene e distanciamento.

“O Sinepe/RS deve, também, dispor de todos os meios possíveis para garantir a prioridade dos professores na escala de vacinação quando esse processo se iniciar”, completou Cecília.

REDE METODISTA

Mantenetora troca direção em meio à paralisação

Os professores do Centro Universitário Metodista (IPA) e do Colégio Americano, ambos de Porto Alegre, seguem paralisados em função das pendências salariais. Os débitos afetam os professores de toda a Rede Metodista que têm até 5,3 salários em atraso, incluindo as férias do último ano, décimo terceiro de 2019, além de depósitos de Fundo de Garantia (FGTS) também sem pagamento ou previsão de quitação.

No IPA, a paralisação iniciou em 23 de outubro e no Americano

no dia 3 de novembro. O Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) tem acompanhado o caso e atuado em diferentes esferas para garantir os direitos dos professores. Nos últimos meses foram realizadas seis audiências no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) a fim de buscar um Acordo que regularize os pagamentos. Na última audiência, em 25 de novembro, o desembargador responsável apresentou uma proposta que foi aceita pelos professores do Instituto Educacional Metodis-

ta (de Passo Fundo) e Centenário (de Santa Maria), porém rejeitada pelo IPA e Americano. Novo encontro será realizado em dezembro para as discussões de uma proposta única, que atenda a todos os docentes da Rede.

TROCA DA DIREÇÃO – Localizada em São Paulo, a coordenação se negava a discutir propostas para uma solução para o caso enfrentado nas instituições. Recentemente, no final de novembro, houve a troca completa dos gestores o que, segundo Margot An-

dras, diretora do Sinpro/RS, há expectativas de melhora no diálogo. Uma das reclamações dos docentes é a dificuldade de interlocução. “Diferente da antiga gestão, essa equipe chamou os sindicatos para uma conversa e se mostra disposta à negociação”, explica Margot. Ela fala ainda que a atual gestão assume a Rede com grandes dívidas. “Existem pendências de FGTS, não depositados há cinco anos, além das rescisões dos contratos de trabalho, sem pagamento desde 2017”, diz.

Sinpro/RS define reivindicações dos professores das Ices

Nas reuniões do coletivo da educação superior realizadas em novembro, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) definiu as prioridades a serem discutidas com a categoria e que deverão nortear a atuação do Sindicato na defesa dos direitos dos professores das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices) no próximo período.

Na avaliação do Sinpro/RS, a oficialização do Sindiman/RS, que teve seu registro sindical efetivado no dia 6 de novembro, representa um fato importante na consolidação do diferencial das Ices.

O novo período, no entanto, deverá ser marcado pelo diálogo no contexto da transição de 2020 para 2021, diante da indefinição do número de alunos que o segmento aportará para o primeiro semestre do próximo ano e das iniciativas acadêmicas que vêm sendo anunciadas pelas instituições.

Os dirigentes do Sinpro/RS, Sinpro Caxias e Sinpro Ijuí manifestaram preocupação com as mudanças que estão sendo anunciadas para o próximo ano em todas as instituições no plano acadêmico, com a reformulação de currículos, e que representam impactos nas relações contratuais dos professores. As representações sindicais dos professores querem prioridade para a efetivação do acordo negociado e aprovado

pelos instâncias dos sindicatos na forma de Acordo Coletivo Plúrimo.

EMPREGABILIDADE – Os sindicatos definiram a construção de uma pauta que visa a manutenção dos postos de trabalho e dos direitos dos professores do ensino privado. Entre outras questões, foram pontuadas preocupações com as turmas estendidas que, em função da pandemia e das aulas síncronas, acabaram gerando turmas com excessivo número de alunos.

As diretrizes apontam ainda para a necessidade de regulamentação da carga horária tanto na modalidade presencial quanto em EaD, bem como a garantia de carga horária na curricularização da extensão. Também reivindicam a regulamentação da remuneração pela produção de conteúdos didáticos e da disponibilidade dos professores para interação com os alunos.

Em virtude da demanda por produção e transmissão de aulas *on-line* durante a pandemia, foi definida a reivindicação de participação das Ices no custeio de equipamentos, sistemas e dados para o adequado desempenho das funções docentes nesse período de atividades remotas.

“Os sindicatos estão se antecipando às definições das instituições para que o diálogo não seja sobre fatos consumados com prejuízos para os professores”, afirma Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

Dissidência e negociações

Em 2015, um grupo de universidades e centros universitários rompeu com o Sinepe/RS e passou a articular a criação de um novo sindicato patronal. A dissidência dessas instituições inaugurou um período de indefinições na relação do segmento comunitário com os sindicatos de professores e técnicos administrativos, acentuando a resistência patronal às reivindicações das categorias de trabalhadores.

Diante da impossibilidade das Ices de firmar Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) devido à ausência de um sindicato que as representasse, passaram a ser firmados Acordos Coletivos de Trabalho Plúrimos, assinados por todas as instituições que integram o coletivo das comunitárias.

A partir de novembro, o segmento passou a ser representado pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Instituições Comunitárias de Educação Superior (Sindiman/RS). A criação da entidade foi aprovada em janeiro de 2016 e o Sindiman/RS obteve o registro sindical no dia 6 de novembro deste ano. A entidade congrega 13 mantenedoras/instituições comunitárias e tem como presidente o pró-reitor Administrativo da Univates, Oto Moerschbaeher.

Representação do sindicato das Ices comunitárias:

- Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (Fuvates) /Univates
- Associação Antônio Vieira (Asav)/ Unisinos
- Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul (Apesc)/ Unisc
- Fundação Universidade de Caxias do Sul (Fucs)/ UCS
- Fundação Attila Tabora (Fat)/ Urcamp
- Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (Aspeur)/ Feevale
- Fundação Universidade de Cruz Alta/ Unicruz
- Sociedade Porvir Científico/ Unilasalle
- União Brasileira de Educação e Assistência (Ubea)/ PUCRS
- Fundação Universidade de Passo Fundo/ UPF
- Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
- do Rio Grande do Sul (Fidene)/ Unijuí
- Associação Pelotense de Assistência e Cultura (Apac)/ UCPel
- Fundação Regional Integrada (Furi)/ URI

O Sinpro/RS investe em bons convênios,
porque sabe o quanto você valoriza o seu dinheiro.

Baixe o App do Sinpro/RS ou confira no site sinpro.org.br/vantagem
a relação completa de descontos nas empresas parceiras.

Use e economize!



Ulbra volta a atrasar salários

Após dez meses de regularidade no pagamento dos salários – uma das exigências do processo de Recuperação Judicial (RJ) deferido pelo TJRS à Aelbra, mantenedora da Ulbra, em dezembro de 2019 –, a instituição voltou a atrasar os vencimentos dos professores em outubro deste ano.

Até o final de novembro haviam sido pagos de forma parcelada o total de R\$ 2 mil a cada professor, integrando R\$ 5 mil dos salários no dia 1º de dezembro. Em reunião com o Sinpro/RS nesta data, representantes da nova direção executiva da Aelbra se comprometeram com a quitação dos salários até o dia 2 e com o pagamento das multas contratuais em fevereiro e março de 2021. O pagamento das férias também esteve em pauta na reunião, uma vez que a Aelbra alega dificuldades para a sua quitação no prazo legal.

CRISE – Com um passivo trabalhista de mais de R\$ 500 milhões e dívidas tributárias de R\$ 5,8 bilhões, a Aelbra iniciou em maio de 2019 um movimento em busca da recuperação judicial, negada em primeira instância e aprovada em dezembro pela 6ª Turma do TJRS.

A medida estabelece condições para a recuperação financeira e a manutenção das atividades da Universidade e das escolas de educação básica.

Em julho, o Sinpro/RS apresentou impugnação junto ao Administrador Judicial, questionando os valores devidos aos professores apontados na RJ pela Aelbra.

Os encaminhamentos para a RJ têm sido objeto de disputas e impugnações especialmente no que se refere aos créditos de FGTS dos professores a serem contemplados no processo de recuperação judicial pela Aelbra.

Demitidos sem verbas rescisórias

Em setembro de 2020, a Aelbra firmou com o Sinpro/RS um Acordo Coletivo para o pagamento parcelado das dívidas rescisórias de um grupo de cerca de 200 professores demitidos no recesso de julho. Até o presente momento, de um total de nove parcelas, duas foram pagas pela Universidade, em outubro e novembro.

SUB JÚDICE – Uma decisão do TJRS agravou a situação de outro grupo de mais de 500 professores e funcionários demitidos pela Ulbra em 2019 e que ainda não receberam suas verbas rescisórias, justamente por conta do deferimento da recuperação judicial.

O Acordo Coletivo feito pelo Sinpro/RS e sindicatos de técnicos administrativos foi firmado em 2019 também para o pagamento das verbas rescisórias, em 20 parcelas, mas deixou de ser cumprido em dezembro de 2019. No primeiro semestre deste ano, por decisão judicial, foram quitadas mais duas parcelas.

No dia 28 de setembro passado, o desembargador Ney Wiedemann Neto deferiu efeito suspensivo solicitado pela empresa Blackwood Consultoria Empresarial Ltda., que alega ser credora da Aelbra, e pela própria mantenedora. A decisão motivou o Sindicato a recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Cumulação de pensões: impossibilidade no mesmo regime

Já havíamos tratado em outro artigo a questão da temporariedade das pensões.

A Emenda Constitucional do governo Bolsonaro reduziu, em inúmeras situações, a proteção social, ampliou exigências e requisitos e, ainda, modificou a base de cálculo para apuração da renda dos benefícios que já são ínfimos.

Não foi diferente com as pensões, inclusive, com a Reforma houve alteração substancial no tocante a cumulações de pensões, em relação aos ex-cônjuges, prevista no Art. 24 daquela Emenda.

A Reforma estabeleceu a impossibilidade de cumulação de pensão por morte quando esta for concedida no âmbito do mesmo regime. Tomemos como exemplo o INSS. No caso de óbito de companheiro ou companheira, é gerada a pensão por morte devida e nos termos previstos na Nova Ordem, como já narrado, exceção aos beneficiários com mais de 44 anos, a pensão é temporária.

No caso de haver um novo casamento ou união estável, em eventual óbito deste companheiro/companheira não será permitida a cumulação de pensão, caso este segurado/a falecido seja vinculado/a ao INSS. A norma prevê, entretanto, mesmo que não seja devida a cumulação destas duas pensões do mesmo regime, que é possível a opção pela mais vantajosa.

Esta situação é tratada de forma diversa quando se tratar de pensões originárias de regimes diversos, ou seja, caso o segurado ou segurada estiver vinculado/a ao INSS e a outro Regime Próprio – por exemplo do Estado do RS, muito comum entre professores, pois ministram o magistério na área particular, no Estado e/ou Município –, poderá haver a cumulação da pensão nestes casos.

Entretanto, esta cumulação não é absoluta, ou seja, o valor das pensões não será pago integralmente. O valor integral será garantido para aquele benefício que for mais vantajoso e a segunda pensão, seja de qual for o regime, será proporcional.

Esta forma proporcional tem sugerido várias interpretações, vejamos uma delas, tomando como hipótese de uma renda possível de R\$ 6.101,00:

RENDA INICIAL		S.M.	EXCEDENTE	COTA	RESULTADO
6.101,00	1ª FAIXA	1.045,00	2.090,00	60%	1.254,00
	2ª FAIXA	2.090,00	3.135,00	40%	1.254,00
	3ª FAIXA	3.135,00	2.966,00	20%	593,20
	4ª FAIXA	4.180,00	1.921,00	10%	192,10
RENDA FINAL					3.293,30

Neste caso, além das limitações quanto aos excedentes, ainda seria incidente o percentual sobre cada cota, para, posteriormente, chegar à renda final de R\$ 3.293,30.

Outra interpretação nos indica, com uma interpretação menos restritiva, que o valor seria um pouco mais elevado, conforme quadro a seguir:

RENDA INICIAL		S.M.	EXCEDENTE	COTA	RESULTADO
6.101,00	1ª FAIXA	1.045,00	5.056,00	60%	2.090,00
	2ª FAIXA	2.090,00	4.011,00	40%	1.604,40
	3ª FAIXA	3.135,00	2.966,00	20%	593,20
	4ª FAIXA	4.180,00	1.921,00	10%	192,10
RENDA FINAL					4.479,70

A recente, mas já aniversariada Emenda Constitucional, ainda não está sedimentada em suas normas aplicáveis e interpretações que se multiplicam. A cada dia as experiências e as situações concretas consolidarão o direito e a efetiva contrapartida, por enquanto, todos estamos aprendendo.

Professores do Sesi/Senai definirão pauta de reivindicações

No dia 3 de dezembro os professores que atuam na rede Sesi e Senai decidirão, em Assembleia Geral, a pauta de reivindicações da categoria. A reunião será de forma virtual, promovida pelo Sinpro/RS, e antecede o início da negociação com o Sindicato Patronal.

“Esperamos a participação da categoria neste momento decisivo para definição da pauta de reivindicações”, diz Cássio Bessa, diretor do Sinpro/RS. A data-base é 1º de janeiro e as reuniões entre os sindicatos devem começar ainda no início de 2021.

Neste ano, em função da pandemia de covid-19, o Sinpro/RS firmou com as escolas da rede um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com vigência provisória para regradar as condições de trabalho dos professores neste momento de excepcionalidade, com vistas à garantia de emprego e salários.

Após a aprovação da pauta, na Assembleia de Professores, as reivindicações serão encaminhadas ao Sindicato Patronal. As entidades então iniciam o processo negocial que se encerra após a aprovação de uma proposta para Acordo pelos professores.

IRREGULARIDADE

Escolas adventistas notificadas por exigência de trabalho ilegal

O Sinpro/RS notificou cinco unidades da Rede de Escolas Adventistas por induzirem seus professores à promoverem contato com os responsáveis pelos estudantes a fim de consultá-los sobre a matrícula para 2021. A atitude foge das atribuições docentes e não pode ser tarefa obrigatória do professor, o que motivou as notificações emitidas pelo Sinpro/RS.

De acordo com relatos, os coordenadores das unidades orientam os docentes a realizarem ligações telefônicas, usando seus aparelhos, muitas vezes fora do horário de trabalho e com constantes cobranças da direção. Ainda segundo informações dos professores, há demanda de preparação de relatório dos contatos feitos até uma data preestabelecida. A direção da Rede menciona ainda, de forma ambígua, o fechamento de turmas como uma possível consequência, caso o professor não se submeta à exigência.

Após as denúncias, o Sindicato fez contato com a direção da Rede Adventista e levou o caso ao Ministério Público. “A situação relatada pelos professores é inadmissível. A realização desta atividade não está prevista em contrato de trabalho e, portanto, é irregular”, diz Erlon Schüller, diretor do Sinpro/RS. Ele explica ainda que o Sindicato tem notificado formalmente as escolas em que se registram casos como estes.

LIBERATO

Acordo Coletivo: site e aplicativo

Os professores da Fundação Liberato aprovaram no final de outubro a proposta para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da instituição. O documento foi negociado pelo Sinpro/RS com o governo do Estado e já está disponível para acesso no site e aplicativo do Sindicato.

Em setembro, o governo havia apresentado uma proposta que foi rejeitada pelos professores em Assembleia Geral. Após alterações na cláusula do Acordo que prevê o plano de saúde oferecido pela instituição e os regramentos para adesão de outras modalidades de plano, a proposta foi reavaliada e, então, aceita pelos docentes.

O processo de negociação entre o Sinpro/RS e o governo do Estado foi interrompido em função da pandemia de covid-19 e retomado em setembro. Para manutenção dos direitos dos professores, o Sindicato firmou acordos que estenderam a validade do Acordo anterior, até a conclusão da negociação.

CHEGANDO O VERÃO!

Apesar de estarmos vivendo um momento peculiar, a chegada do calor traz junto aquela vontade de começar a praticar alguma atividade física, principalmente ao ar livre. As razões são variadas e os benefícios são grandes.

Estudos indicam que praticar pelo menos 30 minutos de atividade física diariamente reduz o risco do surgimento de doenças crônicas não transmissíveis e melhora a qualidade de vida. Faz bem para nosso corpo e nossa cabeça.

Saindo do sofá! Por onde começar?

Checando a sua saúde e estando ela em dia, comece pelo simples e fácil e, nessa lista, um dos mais práticos é a caminhada. Além de ser um excelente exercício para sua saúde, não causa grandes impactos para suas articulações. Se ainda fosse pouco, a caminhada não exige mais que um tênis razoável e um pouco de disposição.

Alguns efeitos fisiológicos:

- **Serotonina:** promove sensação de prazer e está associada à alteração de humor e depressão;
- **Dopamina:** principal reguladora dos processos motivacionais e de engajamento;
- **Ocitocina:** associada à sensação de confiança e facilitadora de relacionamentos sociais;
- **Endorfina:** funciona como um analgésico contra a dor e o estresse.

Vamos para as dicas!

- **Orientação do momento:** evite aglomerações e mantenha a distância dos transeuntes de no mínimo 2 metros. Use máscara de proteção individual. Se o trajeto estiver tranquilo, retire sua máscara um pouco apenas para refrescar o rosto e respirar melhor;
- **Melhor horário:** longe do sol forte (cedo na manhã ou final do dia);
- **Hidratação e vestuário:** leve uma garrafinha de água e mantenha-se hidratado ao longo do dia, use roupas leves e confortáveis;
- **Segurança:** correr em duplas (do convívio diário) é sempre mais seguro, principalmente mulheres. Evitem locais com pouco fluxo.



Você não está sozinho! Estamos juntos!

O SINPRO/RS, pensando na sua saúde e bem-estar, disponibiliza uma plataforma digital repleta de dicas, videoaulas de corrida, Yoga, alongamentos, ginástica laboral, treinamento físico funcional, receitas e muito mais. Tudo isso num click, no seu smartphone ou desktop! A PLATAFORMA SOMOS MOVE propõe mudanças positivas no seu estilo de vida!

Faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS.

www.somos.pacevida.com.br/sinpro/RS/



Entre a Jovem Guarda e a cultura digital

por César Fraga

O porto-alegrense Jorge Otávio Pinto Pouey de Oliveira, mais conhecido como Frank Jorge, 54 anos, torcedor do Sport Club Internacional, integra o quadro docente da Unisinos desde 2007. Já são 14 anos em salas de aula. Rotina essa totalmente alterada com a pandemia, que levou a sala de aula para dentro de casa. Atualmente ele coordena a graduação tecnológica do curso Tecnólogo de Produção Fonográfica, no Campus de Porto Alegre.

“No primeiro semestre foi bem difícil. Em março, chegamos a cancelar formaturas presenciais. Porém, agora, com a certeza de que o afastamento social seria mais duradouro, e com planejamento, o segundo semestre foi realizado prevendo o acesso remoto e já com mais destreza no uso das plataformas. O que ocorreu praticamente sem sobressaltos e sem perdas”, relata.

Frank viveu o drama de ter o novo coronavírus dentro de casa, com a esposa e dois filhos. A esposa, que também é professora, contraiu a covid-19 em uma aula presencial, particular, e teve de ficar isolada dentro da própria casa. “Foi uma experiência difícil”, relata.

Porém, nem tudo é drama. Frank explica que o confinamento e a obrigatoriedade de dominar novas ferramentas acabou influenciando diretamente sua vida artística e a atividade docente. “De repente me vi obrigado a entender e funcionar dentro de uma plataforma digital, coisa que me era totalmente estranho. Dominar as ferramentas acabou abrindo possibilidades criativas e de distribuição de conteúdo artístico, como música, *lives*, *singles* e até o acervo de toda uma carreira”, explica.

E, segundo o artista Frank Jorge, as novas tecnologias e mídias sociais não só modificaram a forma de chegar ao público e de distribuir música durante a pandemia, como vieram para fazer parte da nova indústria cultural. Da mesma forma, o professor Jorge Oliveira não só levou para atividade artística todo o *know how* da interação remota das ferramentas de ensino-aprendizagem, como trouxe também para a sala de aula virtual o aprendizado tecnológico desenvolvido na sua produção artística pessoal e com parceiros.

A produção foi incessante. Além da rotina com a Universidade, “de tarefa dentro de casa, como pai e esposo”, Frank relata que “aprendeu” a abastecer as plataformas digitais com suas músicas. “Ao mesmo tempo em que acompanhava o noticiário dos desmandos do governo federal ao longo da pandemia, fui aproveitando para otimizar o tempo e fazer essa distribuição de música”, relata. Além da realização de *lives* quase diárias no Instagram, foram lançadas durante os oito meses de pandemia pelo menos nove músicas inéditas (*singles*), além de disponibilizar dois álbuns completos já existentes em plataformas de *streaming*.

Leia a entrevista completa com músico e compositor Frank Jorge e com o professor Jorge Oliveira em www.extraclasse.org.br.

Nas redes:

[frank.jorge.77](https://www.facebook.com/frankjorge.77) – FACEBOOK

[@frankjorge2267](https://www.instagram.com/frankjorge2267) – INSTAGRAM

Link para acesso a página no Spotify:

<https://open.spotify.com/artist/4c7WfiGCsTfx6w0hisFLWe>



Foto: Raül Krebs

Frank Jorge: professor e compositor

PALAVRA DE PROFESSOR

por Renata Heinz

Professora do curso de Realização Audiovisual (CRAV) e do curso de Fotografia da Unisinos. Diretora e roteirista de filmes atua ainda como diretora de arte em séries televisivas, filmes de ficção, documentários, videoclipes, tendo sido premiada como diretora de videoclipes e diretora de arte em ficção.

Luz, câmera, pandemia, ação!

Estamos em casa. Aqui do alto desse privilégio, tudo adquiriu ares de um especial *BBB2020* que já dura um ano. Reuniões em vídeo. Terapia em vídeo. Yoga em vídeo. Amigos em vídeo. No início da pandemia tinha um pesadelo onde ia ao banheiro no meio da reunião sem desligar a câmera. Aconteceu. Não comigo. Não que eu lembre.

De uma hora para outra, nossa casa virou cenário de aulas e nós viramos protagonistas de um *Show de Truman*. A melhor parede não tem a melhor luz. Tira o quadro polêmico, coloca uma samambaia e abre a câmera: hora da aula. Com um sorriso no rosto você encara as bolinhas silenciosas com as iniciais de alunos que você nunca viu. Com um sorriso que desmancha depois do segundo: “Carlos, você está aí?”, você encara o próprio rosto no aplicativo. Um rosto cansado de adaptar conteúdos e tarefas práticas para o ambiente virtual. Um animador de uma plateia dispersa sem qualquer domínio da câmera. Surge um autorretrato desafiador que aponta todas as falhas salvas na nuvem. Depois do terrorismo de uma escola sem partido, um filme tenso que tira qualquer espontaneidade da lição.

De uma hora para outra, muitos professores e tantos outros profissionais começaram a se preocupar com o cenário, com o que de suas casas aparece e com o que isso diz sobre si mesmos. Muitos investiram na clássica estante de livros. Outros se contentam – resignam – com paredes brancas ou a vida acontecendo em segundo plano. O chinelo na frente da porta. O copo de leite meio vazio – ou meio cheio – sobre a mesa. Os brinquedos das crianças pelo chão. Alguém que pendura a roupa lavada no varal da área de serviço. O cachorro latindo pra janela. O vizinho martelando. O caminhão do lixo. E as folhas da minha samambaia, mal colocada na estante, desenharam orelhas verdes em mim. Como diretora de arte para audiovisual confesso que falhei.

Não investi no mundo real o tanto que dedico aos filmes. Como diretora contei histórias paralelas nos enquadramentos de última hora, na falta de luz e equipamentos profissionais, na internet falha, nas olheiras, no cabelo com raízes aparentes. A vida sem retoque nem sempre é o reflexo que queremos ver no espelho ou na tela do computador e do celular. Se encontrar com a própria insegurança é entender um pouco os nossos alunos e suas câmeras fechadas. Nos tempos de “instagramers” e suas vidas perfeitas, pode ser prova de coragem deixar a parede branca, a mãe abanando na janela e a aparência de estar tendo muitos problemas nesse 2020 (e quem não?). No princípio, talvez, estranhem o abandono do figurino e da maquiagem e seja um choque perceber que parte de nós não é personagem.

Coloco a cadeira perto da janela. Quem não tem *ring light* precisa escolher: pele ou cenário. Uso meu melhor ângulo, exibo o velho moletom e sigo meu repertório acadêmico. Entre meus filmes velhos, faço um altar aos deuses do cinema e rezo escondida para que a Sputnik, ou qualquer uma que nos valha, nos salve do novo real.

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. A coluna Palavra de Professor é destinada a artigos de professores, com 2.500 caracteres. Envie sua sugestão aos editores: extraclasse@sinprors.org.br.



Praia dos Ossos

“Pessoas de sociedade eram aquelas que participavam de eventos dessa natureza. Os pobres, os negros, os trabalhadores, acompanhavam de longe, de fora da sociedade, o trânsito dos playboys”

Vários jornais e revistas no Brasil ainda possuem “colunas sociais”, espaços em que “pessoas da sociedade” são retratadas, em que festas e eventos que reúnem os ricos são badaladas, onde meninas brancas, filhas de famílias ricas são apresentadas como debutantes, coisas do tipo. Em passado recente, essas colunas chegaram a ter muito prestígio. Para marcar os 30 anos de sua coluna no *Globo*, Ibrahim Sued – um dos mais famosos colunistas sociais brasileiros – organizou, em 1983, uma recepção no Copacabana Palace, no Rio, reunindo a fina flor do reacionarismo nacional, de Roberto Marinho a Emílio Garrastazu Médici. Os 1,5 mil convidados consumiram 600 garrafas de champagne, 300 litros de vinho francês, 120 quilos de camarão, 60 quilos de lagostas, 10 quilos de *foie gras*, 210 patos etc. etc. o que, é claro, foi matéria de colunas sociais Brasil a fora. “Pessoas de sociedade” eram aquelas que participavam de eventos dessa natureza. Os pobres, os negros, os trabalhadores, acompanhavam de longe, “de fora da sociedade”, o trânsito dos *playboys*.

Ângela Diniz, *socialite*, filha daquilo que se chamava uma “tradicional família mineira”, foi uma personagem desse mundo “exclusivo” de glamour e vazio. Além de ser bela e rica, entretanto, Ângela era uma mulher que prezava sua

independência e que não se orientava pelas convenções sociais do mundo patriarcal em que vivia. Nesse mundo, lembrando, uma “mulher honesta” se definia por dois papéis: “boa esposa e boa mãe”. Sendo que “boa esposa” era a expressão para descrever aquela que servia ao seu marido. Afonso Romano de Sant’ana tem um magnífico poema (Mulher) onde esse espaço se materializa. “Lá está ela: nos engenhos do silêncio / Como açúcar do senhor, tecendo filhos e rezas / Pastando orgasmo sem sal, passando de pai a marido / Como mobília real”.

Nos anos 1970, no Brasil, uma mulher desquitada, independente e sexualmente ativa, era algo improvável e ameaçador. Ângela foi assassinada em 1976, em uma casa na Praia dos Ossos, por seu namorado, o *playboy* Doca Street, que não se conformou com o fim da relação. Ele foi julgado uma primeira vez em 1979 e saiu livre do Tribunal. Seu advogado, o famoso criminalista Evandro Lins e Silva, emplacou a tese da “legítima defesa da honra com excesso culposo”. Doca foi, então, condenado por homicídio privilegiado, com suspensão condicional da pena, o que equivalia a uma absolvição. Quem foi condenada, na verdade, foi Ângela, apontada pelo defensor do assassino como uma “mulher lasciva”, uma “libertina” etc. Doca foi



Foto: Divulgação

aplaudido pelo público. Dois anos depois, em 1981, ele foi novamente julgado. Dessa vez, algumas das pioneiras do movimento feminista brasileiro organizaram manifestações pedindo a condenação do réu. Elas lançaram o *slogan* “quem ama não mata”, a mídia deu espaço para esse clamor e Doca foi condenado a 15 anos de prisão. Ainda estávamos na ditadura, mas algo parecia se mover no Brasil e em favor das mulheres.

O balanço do que ocorreu desde a morte de Ângela ainda está por ser feito. Depois dela, muitas outras mulheres foram mortas e muitas ainda morrerão “num sufoco de abatidas gazelas”. A tese da “legítima defesa da honra”, uma invenção sem base legal e que remontava às ordenações Filipinas, deixou de ser sustentada nos maiores centros urbanos, mas há sempre um advogado disposto a utilizá-la com certas variantes e, desgraçadamente, há também promotores e juízes “sensíveis” ao argumento. O recente episódio do julgamento do empresário André de Camargo Aranha, acusado de ter estuprado Mariana Ferrer, em um bar em Florianópolis, bem ilustra o problema. Assim como ocorreu com Ângela, quem foi julgada foi a vítima. O advogado do réu, como todos viram, humilhou Mariana, para enquadrá-la no perfil de uma mulher “provocadora e

sensual”. O perfil de Aranha me lembrou muito o de Doca Street. Quando os réus são “pessoas da sociedade”, se diria, o filme da justiça brasileira parece rodar ao contrário. Ou alguém pode imaginar o mesmo desfecho da absolvição se o réu fosse um garçom negro que trabalhasse no bar onde Mariana estava?

Para entender melhor o Brasil e nossa história recente, para medir as diferenças culturais que nos separam da época dos colunistas sociais e do machismo por inteiro, senhor de si e dono do campinho, para situar a importância do movimento feminista e conhecer o que as pioneiras fizeram, para entender também o que não mudou desde então e para melhor avaliar a herança que carregamos de nossos crimes seculares que “pendem das mãos dos Césares”, é fundamental ouvir os oito episódios do *podcast Praia dos Ossos*, produção da *Rádio Novelo*, com a apresentação de Branca Vianna (<https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos/>). O trabalho, que envolveu quase dois anos de pesquisas, mais de 80 horas de gravações, mais de 50 pessoas entrevistadas, reconstitui parte da história brasileira de um modo envolvente e com uma riqueza extraordinária de informações. Tudo em *Praia dos Ossos* nos indaga e nos desafia. Confiram!

por Marcelo Menna Barreto

Dezembro marca o centenário de Clarice Lispector, considerada uma das escritoras mais importantes e originais do século 20.

Ela migrou da Ucrânia para o Brasil com seus pais e suas duas irmãs em 1922. Os Lispector se radicaram no Recife (PE) até a família se mudar para o Rio de Janeiro em 1934. Clarice tinha, então, 14 anos.

No Rio, estudou Direito na Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Paralelamente, fazia trabalhos na imprensa carioca. Das letras, não mais saiu.

IMPORTÂNCIA – Como Joyce, Kafka e Woolf, Clarice usava com maestria o Fluxo de Consciência, recurso literário que internaliza o discurso para mostrar aos leitores o interior da mente dos personagens. Foi ela quem inovou o estilo no Brasil. Por isso, chegou a ser chamada de a “Virginia Woolf” brasileira. O título a irritava.

Seu primeiro livro, *Perto do Coração Selvagem*, publicado em dezembro de 1943, quando Clarice tinha 22 anos, rendeu comparações a Virginia Woolf, James Joyce, Marcel Proust e Jean-Paul Sartre.

A escritora chegou a afirmar mais tarde que, na época, não teria lido nada desses autores europeus. As comparações realmente a incomodavam muito.

O início da leitura de Virginia Woolf, Sartre e Proust só ocorreu após janeiro de 1944 quando se licenciou do jornal *A Noite*. Foi acompanhar o então marido, o diplomata brasileiro Maury Gurgel Valente, para seu novo posto, em Belém (PA).

Clarice teve dois filhos. Pedro Lispector Valente, nascido em Berna, Suíça, em 10 de agosto de 1948 e Paulo Lispector Valente, nascido em 10 de fevereiro de 1953 em Washington, Estados Unidos

Dominando quatro idiomas (português, inglês, francês e espanhol), Clarice ainda foi tradutora de 35 livros. Entre eles, obras de Agatha Christie, Jorge Luis Borges, Júlio Verne e Edgar Allan Poe.

Clarice Lispector, cem anos à frente de si mesma

Tempos sombrios

Nascida Chaya Pinkhasovna Lispector, em uma família de judeus russos na cidade ucraniana de Chechelnyk em 10 de dezembro de 1920, Clarice Lispector chegou

ao Brasil aos dois anos de idade.

Sua família migrou para fugir da onda de antissemitismo na Europa depois da primeira guerra mundial, e que se intensificou du-

rante a guerra civil russa.

Seu avô fora assassinado, há biógrafos que registram um possível estupro de sua mãe por soldados russos durante a primeira

guerra mundial. No meio disso, seu pai teria ficado na miséria e sem fontes de renda, vendo-se obrigado a migrar para a sobrevivência da família.

Separação e maternidade

Em 1959, a escritora encerra sua relação de 16 anos com o diplomata Gurgel Valente. As constantes viagens e mudanças que era obrigada a fazer devido ao serviço do marido, as desconfianças, os ciúmes e, sobretudo, seu desejo de não abandonar a carreira e se dedicar à saúde do seu primeiro filho foram determinantes. O primogênito foi diagnosticado esquizofrênico na adolescência.

Clarice, de uma forma ou outra, se sentia culpada por isso. Ela, que ao lado do marido, morou em Milão, Nápoles, Berna, Paris, Londres e Washington em um roteiro que durou 15 anos percebeu que as constantes mudanças deixa-

vam Pedro cada vez mais nervoso.

Mas o sentimento de culpa que ela carregava com Pedro também aparece, de forma literária, com relação à sua mãe. "Fui preparada para ser dada à luz de um modo tão bonito. Minha mãe já estava doente, e, por uma superstição bastante espalhada, acreditava-se que ter um filho curava uma mulher de uma doença. Então fui deliberadamente criada com amor e esperança. Só que não curei minha mãe", escreveu. A reflexão registrada em 1968 integra o livro *A Descoberta do Mundo*, reunião de 468 crônicas publicadas originalmente entre 1967 e 1973 na coluna semanal

que tinha no *Jornal do Brasil*.

Apesar disso, entre pesquisadores da obra de Clarice pairam opiniões divergentes em relação ao sentimento de culpa que a escritora carregava por toda a vida e a dimensão dele em influenciar sua introspecção.

Para Teresa Cristina Montero Ferreira, mestre e doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Clarice era tímida e tinha uma certa quietude. "Já menina ela era mais introspectiva, gostava muito de ler", diz.

Autora de *Eu sou uma pergunta: uma biografia de Clarice Lispector* e *O Rio de Clarice: Passeio*

afetivo pela cidade, Tereza lembra que, em uma entrevista com uma prima de sua biografada que conviveu com ela na época em que morou no Recife, disse que a imaginação fértil sempre foi um traço forte da então menina. "Ela dava nome aos ladrilhos e ia inventando histórias a partir disso", fala.

Já a escritora e antropóloga Fátima Quintas, autora de *Nervo Exposto em Torno* de Clarice Lispector, acha que a doença da mãe influenciou muito a personalidade de Clarice. "Ela seria a salvação da mãe, que tinha uma doença degenerativa nos nervos, mas essa mãe morre em 1930. Ela carrega essa marca", expõe.

Uma mulher não interrompida e seu amor ao Brasil

Culpa, introspecção ou timidez não pararam o fenômeno Clarice Lispector. Para o escritor e historiador americano Benjamin Moser, autor de *Why This World: A Biography of Clarice Lispector*, publicado pela Oxford University Press em 2009, desde a primeira história de Clarice – publicada quando tinha 19 anos – até a última, "seguimos uma vida inteira de experimentação artística por meio de uma vasta gama de estilos e experiências".

Moser escreveu para o *New York Times* que Clarice foi "uma mulher que não foi interrompida: uma mulher que não começou a

escrever tarde, nem parou para casar ou ter filhos, nem sucumbiu às drogas ou ao suicídio. Uma mulher que, como tantos escritores do sexo masculino, começou na adolescência e continuou até o fim".

O americano se apaixonou pela obra de Clarice quando estudava Literatura de língua portuguesa. Seu esmero em conhecer a "enigmática escritora" fez com que seu trabalho integrasse o *National Book Critics Circle Award*, projeto que promove as melhores obras de críticas literárias publicadas na Inglaterra.

Moser diz que a literatura de Clarice não é para todos. "Até

mesmo alguns brasileiros altamente letrados ficam perplexos com o fervor de culto que ela inspira", comenta. No entanto, para o biógrafo, o amor pela pessoa de Clarice Lispector é imediato e inexplicável para quem a compreende instintivamente.

Para ele, a obra de Clarice "é uma arte que nos faz querer conhecer a mulher e ela é uma mulher que nos faz querer conhecer sua arte".

Moser entende que Clarice Lispector "conjura, em primeiro lugar, a própria escritora" nos 85 contos que deixou. "Podemos traçar sua vida artística, desde a promessa

adolescente, passando pela maturidade garantida, até a implosão à medida que ela se aproxima – e convoca – a morte", filosofa.

Em sua vida, Clarice, que se naturalizou brasileira após os 21 anos, conforme a legislação da época, fazia questão de se declarar brasileira e pernambucana. "Eu saí do Recife, mas o Recife não saiu de mim", dizia. "Abandonar o Brasil é um assunto muito sério. Eu pertenço ao Brasil", afirmava convicta nossa maior escritora.

Mais informações sobre essa matéria em www.extraclasse.org.br.

Em tempos de constrangimento aos professores, nos tornamos ainda mais necessários. Infelizmente!

O NAP é uma equipe multidisciplinar, formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogos, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.





FRAGA

Encruzilhada

Carrefour, em francês, quer dizer encruzilhada. O que define bem o lugar onde o Brasil se encontra até hoje, seu imutável endereço histórico há 520 anos. O país parece adorar encruzilhadas, seja para um despacho noturno com galinha morta, papel vermelho e velas, seja para despachos top secret com o poder americano do momento.

É como se, numa encruzilhada ideológica, em vez do Brasil decidir por consenso a direção a tomar, o país se guiasse apenas pela plaquinha indicativa que a CIA cravou em nosso caminho, há décadas: proibido virar à esquerda.

Quer dizer: siga sempre à direita, Brasil. E nessa direção só não vai quem já morreu na guerrilha do Araguaia, na tortura do anos de chumbo, nas garras do Ustra, o brilhante inspirador do direitista-mor no Planalto.

Um país que hipoteticamente soubesse para onde vai, seria natural que experimentasse variar de rumo a cada encruzilhada a cada quatro anos: ora à direita, ora à esquerda, e assim passando maus bocados ou bons períodos, conforme a orientação ou a desorientação da maioria dos seus eleitores.

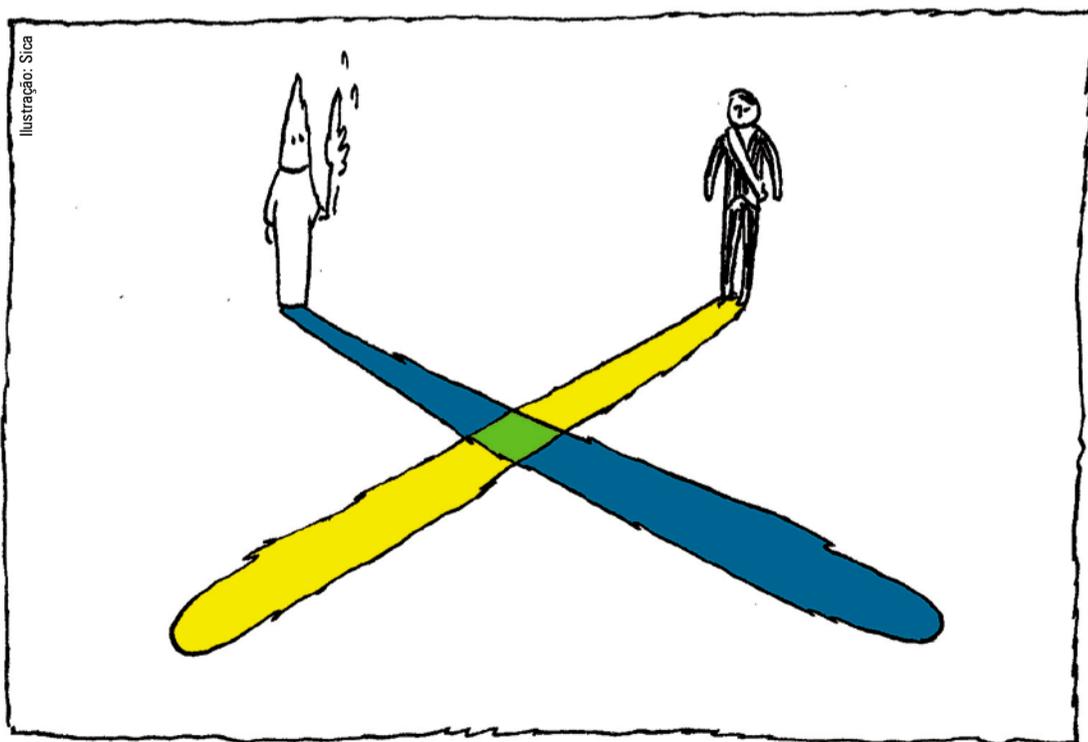
Desse modo, alternando direções, mesmo que acabasse num zig-zag por inebriante democracia, ainda assim o país seguiria em frente. Dono do próprio nariz, poderia corrigir a rota, aperfeiçoar o andar – avançar socialmente. Se as elites topassem largar o osso vez em quando.

O problema de se dobrar sempre à direita é a semelhança com aquele cachorro perseguindo o próprio rabo: mil voltas sem sair do mesmo lugar, a forma mais cega e estonteante de recuo. Comparação boba, caso o bicho direitista não fosse um pitbull a morder a si mesmo e a quem ousar interromper seu carrossel animal.

Num país reaçã e estacionário em rodopio ferozmente autoritário, de nada adiantam as encruzilhadas: as possibilidades de um passinho à esquerda, por favor, são vistas como ameaça comunista. Tão perigosa rotulam a esquerda que seu vizinho à direita, o Centro, agora virou hospedeiro da extrema-direita.

O assassinato no Carrefour simboliza aonde chegamos: a brutalidade desse governo impregnou até a iniciativa privada. Se os seguranças de um supermercado se sentem à vontade para agredir um cliente até a morte, é sinal que a empresa acha legítimo adotar a desumanidade do deprimente da República.

A encruzilhada de 2018 trouxe o Brasil a um beco moral e ético. E não dá pra esperar pela encruzilhada de 2022. Impeachment já.



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em ecarta.org.br.

SHOWS VIRTUAIS

Ao vivo pelo *Youtube* | 18h

12/12 – Samba com Glau Barros. A artista vai apresentar o *CD Brasil Quilombo* – eleito o Disco do Ano pelo *Prêmio Açorianos 2020*, além de ter duas indicações: melhor intérprete de MPB e melhor espetáculo.



Foto: Luis Ferreira

ARTES VISUAIS

Porto Alegre

Até 20/12, das 10h às 18h, +15 Ecarta Aberta, mostra beneficente com obras de Adriana Giora, André Venzon, Astrid Linsenmayer Claudia Hamerski, Ena Lautert, Gustavo Assarian, Igor Sperotto, Leonardo Fanzelau, Maria Di Gesu, Maria Tomaselli, Patrick Rigon, Paulo Correa, Sandro Ka, Theo Felizzola, Xadalu e Zoravia Bettiol.

Local: Galeria Ecarta (Av. João Pessoa, 943, Porto Alegre).

Obs.: São considerados protocolos de segurança sanitária.



Fotos: Igor Sperotto



Live Diversidade na arte contemporânea

17/12 – Chico Soll

28/01/21 – Diego Hass

CULTURA DOADORA

15/12, 19h – Os transplantes de órgãos e tecidos e o Sistema Única de Saúde.

Local: Ao vivo pela página da Fundação Ecarta no Youtube.



VERISSIMO

O ataque dos maricas

Há quem diga que o presidente é Hamilton Mourão, outros dizem que é Paulo Guedes, outros têm certeza de que é José Simão e ainda outros sustentam (a opção menos provável) que é Jair Bolsonaro ou um dos seus filhos

O FBI, a CIA e outros órgãos da inteligência americana têm tido dificuldade em entender os relatórios que recebem dos seus agentes no Brasil. Discursos e manifestações do presidente brasileiro são monitorados regularmente, mas de uns tempos para cá isto tornou-se uma tarefa problemática. Para começar, ninguém parece saber quem realmente é o presidente do Brasil e faz as declarações que intrigam os agentes americanos. Há quem diga que o presidente é Hamilton Mourão, outros dizem que é Paulo Guedes, outros têm certeza de que é José Simão e ainda outros sustentam (a opção menos provável) que é Jair Bolsonaro ou um dos seus filhos. O jeito é monitorar todos ao mesmo tempo. O objetivo é detectar e prevenir qualquer ameaça à segurança dos Estados Unidos.

Uma recente fala presidencial de improviso aumentou a confusão. Os termos do pronunciamento ainda estão sendo estudados. Eles podem indicar que o Brasil prepara-se para invadir os Estados Unidos e a) manter o Trump no poder, cercando a Casa Branca e repelindo qualquer tentativa de retirá-lo de lá a cusparadas – o que explicaria a críptica referência à saliva transformando-se em pólvora, no discurso do presidente – e b) sequestrar o Biden, disfarçá-lo com uma peruca



loira, soltá-lo no meio de uma manifestação contra o racismo e correr atrás dele gritando: "É o Trump! Pega! Pega!".

Os analistas americanos também tentam decifrar o sentido da palavra "maricas". Não fica claro, no discurso, se "maricas" é apenas quem tem medo de morrer e portanto é um desprezível, ou se o presidente estava fazendo uma ameaça velada aos americanos, avisando que brasileiros maricas podem ter medo de morrer e horror a baratas, mas, não os desafiem, eles podem ser ferozes. Os americanos decidem que um ataque dos maricas virá, e preparam suas defesas. A segurança nas fronteiras é reforçada. Todos devem ficar atentos a grupos barulhentos que lotam os aeroportos. São os maricas que chegam.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES





VACINA COVID-19

Deixar o Brasil no fim da fila é um crime

Muitos países já estão anunciando seus cronogramas de vacinação e implementando as medidas necessárias para a imunização dos seus cidadãos.

No Brasil, nem sequer um planejamento foi apresentado.

Precisamos de uma mobilização total que garanta a vacinação de toda a população brasileira, com critérios de prioridade transparentes, definidos pela ciência e não pelo poder econômico ou por preferências político-partidárias. O governo federal não pode sabotar esse processo colocando mais ainda em risco a vida das famílias brasileiras.

O que todos os professores e professoras desejam nesta virada de ano é o direito à vacinação para poderem trabalhar e viver com segurança.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão